INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

GUIANA E SURINAME:

A INSERÇÃO DA "OUTRA" AMÉRICA DO SUL NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (2000-2013)

CINTIA RAFAELA PIRES

FOZ DO IGUAÇU

2014

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

GUIANA E SURINAME:

A INSERÇÃO DA "OUTRA" AMÉRICA DO SUL NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (2000-2013)

CINTIA RAFAELA PIRES

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e política da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof.ª Mestra. Karen dos Santos Honório.

Co-Orientadora: Prof. Dra. Renata Peixoto de Oliveira

FOZ DO IGUAÇU

2014

CINTIA RAFAELA PIRES

GUIANA E SURINAME:

A INSERÇÃO DA "OUTRA" AMÉRICA DO SUL NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (2000-2013)

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof.ª Mestra. Karen dos Santos Honório.

Co-Orientadora: Prof. Dra. Renata Peixoto de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Mestre Karen dos Santos Honório
UNILA

_____

Co-Orientador: Prof. Doutora Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

_____

Prof. Doutora Tereza Maria Spyer Ducci
UNILA

_____

Prof. Doutor Fábio Borges
UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2014.

Acredito que a vida é composta de inúmeras caminhadas, umas mais difíceis que outras, entretanto são as pessoas que encontramos ao longo delas que nos impulsiona a seguir em frente, e mesmo quando trocamos de estradas e algumas pessoas ficam para trás, elas seguem conosco para a próxima jornada, pois carregamos os momentos compartilhados em nossa memória e no lugar mais profundo de nossos corações. Dedico esse trabalho primeiramente a Jeová Deus que independente da minha jornada, está sempre presente comigo. Aos meus amorosos pais Maria Samaritana Pires e Hamilton Luciano de Queiroz, por sua paciência e apoio. Aos meus amados e irritantes irmãos Rafael, Vitor e André. E claro aos meus lindíssimos amigos que tornaram essa jornada muita mais colorida e prazerosa, em especial o senhor Pedro Henrique Delfino.

AGRADECIMENTOS

Na minha jornada de quatro anos pela universidade passaram pessoas maravilhosas que espero leva-las em meu coração aonde quer que eu vá. Não sei se consigo nomear todos, mas tentarei. Por isso tenho muitos agradecimentos. Primeiramente a Deus e a minha maravilhosa família.

Agradeço a minha amável orientadora Karen Honório, por sua paciência, apoio, dedicação, amizade e excelente orientação. A minha querida Co-Orientadora Renata Peixoto de Oliveira pelos incentivos, elogios e atenta orientação. Aos meus queridos professores que me iluminara nessa jornada de quatro anos: Tchella Maso, Pablo, Tereza, Suellen.

Um agradecimento especial a Carolinne Marye Silva e sua família, pelo o apoio e carinho. Agradeço aos meus colegas de curso, e em especial aos meus amigos mais próximos: Alexandre Martins, Pedro, Natali Hoff, Nanci Ishida, Johídson Ferraz, Luís Phelipe, Maria Marta, Keren Wright. Agradeço em especial minha colega de quarto, Ana Roa, por aturar minha bagunça e pela convivência pacifica. Ao pessoal da secretaria de turismo, em especial o senhor Barakat e Samira e os meus colegas do Anglo e Unioeste.

Agradecimento especial aos meus amigos de biológicas que tornaram minha estadia na faculdade muito mais divertida e que considero como meus irmãos em meu coração: Flávia Barcelos, Jannie Guimarães, Jhonatan de Almeida, Gessyca Fernanda (que também me aturou como colega de moradia), Karen, Ricardo Monsores, Bia e Cecílio. E a todos os amigos dos outros cursos também, que são vários, e que nessa folha não caberia se eu tentasse aqui nomeá-los, o meu muito obrigado.

A senhora ministra de relações exteriores da Guiana, excelentíssima senhora Carolyn Birkett e a senhora embaixadora responsável pelo departamento da UNASUL, Hearth Seelochan, pela entrevista e pela amabilidade de responder meus e-mails sem os quais eu não poderia realizar esse trabalho.

“Integração, acreditamos, é a resposta lógica para alcançar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável necessário para resolver as assimetrias e vulnerabilidades de nossas pequenas economias em desenvolvimento" (DONALD RAMOTAR).

“Love makes me Strong” (BUZZER BEAT)

PIRES, Cintia Rafaela. **GUIANA E SURINAME:** a inserção da "outra" América do sul nos processos de integração regional (2000-2013) 2014. N°. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar o recente compromisso da República Cooperativa da Guiana e da República do Suriname no processo de integração regional na América do Sul desde a década de 2000 e como esse processo pode ter sido determinado pelas noções identitárias dos países. Começamos com uma análise da história social, política e econômica desses países a fim de compreender o papel destes dois países na região e como se deu a projeção para além das Américas. O trabalho busca entender como dois países que até então eram focados principalmente na Europa, começam a participar blocos de integração na região da América do Sul, e como esse processo pode ter sido influenciada pelas noções de identidade destes países. Para uma melhor compreensão do tema, primeiro é necessário conhecer os conceitos sobre o que seria a integração e regionalismo, e as principais teorias feitas sobre integração e identidade. Este primeiro debate será essencial para analisar o processo de integração regional na América Latina e do nível de integração que esses países procuram. Através de fontes primárias se buscará analisar as identidades destes países e como estas influenciam os interesses e as estratégias de política externa da Guiana e do Suriname.

PALAVRAS-CHAVES: Política externa, Guiana, Suriname, América do Sul, identidades.

PIRES, Cintia Rafaela. **Guyana y Surinam: la inserción de la "otra" América del Sur en el proceso de integración regional (2000-2013)** en 2014. N°. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es estudiar el reciente compromiso de la República Cooperativa de Guyana y la República de Surinam en el proceso de integración regional en América del Sur desde la década de 2000 e de como ese proceso puede ter sido determinado por las nociones de identidad de los países. Empezaremos con un análisis histórico sobre la historia social, política y económica de eses países a fin de comprender el papel de estos dos países en la región y como se daba su proyección más allá de las Américas. La investigación está delimitada para estudiar cómo dos países que se habían centrado hasta ahora su relación con Europa principalmente, comienzan a participar integración de bloques de la región de América del Sur, y cómo este proceso puede haber sido influenciado por las nociones de identidad de estos países. Para una mejor comprensión del tema, es necesario primero saber los conceptos de lo que sería la integración y el regionalismo, así como las principales teorías hechas acerca de la integración y la identidad. Esta primera discusión será fundamental para analizar el proceso de integración regional en América Latina y el nivel de integración que estos países buscan. A través de fuentes primarias se buscara analizar las identidades de estos países y como estas influyeron en los intereses y en las estrategias de política exterior de Guyana y Surinam.

PALABRAS-CLAVE: política exterior, Guyana, Surinam, América del Sur, las identidades

PIRES, Cintia Rafaela. **GUYANA AND SURINAME:** the inclusion of "other" South America in regional integration processes (2000-2013), 2014. N°. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

ABSTRACT

The objective this study is the recent inclusion of Guyana Cooperative Republic and the Republic of Suriname in the regional integration process in South America since the 2000s and how this process may have been determined by the identity notions countries. We begin with an analysis of social history, political and economic of these countries in order to understand the role of these two countries in the region and how the projection beyond the Americas was. The work seeks to understand how two countries that were previously focused mainly in Europe, begin to participate integration blocs in the South American region, and how this process may have been influenced by notions of identity of these countries. For a better understanding of the issue, it is first necessary to understand the concepts of what would be the integration and regionalism, and the main theories made about integration and identity. This first debate will be essential to analyze the process of regional integration in Latin America and the level of integration that these countries seek. Through primary sources will be sought to analyze the identities of these countries and how they influence the interests and foreign policy strategies of Guyana and Suriname.

KEYWORDS: foreign policy, Guyana, Suriname, South America, identities.

LISTA DE TABELA

TABELA 01: **COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RELIGIOSA DA GUIANA.**

TABELA 02: **COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RELIGIOSA DO SURINAME**

LISTA DE FIGURAS/MAPAS

MAPA 01: **MAPA POLÍTICO DA REGIÃO DAS GUIANAS.**

MAPA 02: **REGIÃO DO ESSEQUIBO RECLAMADA PELA VENEZUELA.**

MAPA 03: **PROJETOS DO EIXO DAS GUIANAS.**

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP- Grupo de países Africanos, Caribenhos e do Pacifico.
AEC- Comunidade dos Estados Caribenhos.
ALADI- Associação Latino Americana de Integração
ALALC- Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALBA- Alternativa Bolivariana das Américas para as Américas
ALCA-Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA- Área de Livre Comércio da América do Sul
API- Agenda de Projetos Prioritários de Integração.
ASA- Aliança Sul Americana com Países Africanos
ASPA- Aliança Sul Americana com Países Árabes.
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAN- Comunidade Andina de Nações
CALC- Aliança entre América Latina e Caribe
CASA- Comunidade Sul-americana de Nações
CARICOM- Comunidade do Caribe
CARIFTA- Associação de Livre Comércio do Caribe
CEDEAO- A Comunidade Económica dos Estados Oeste Africano
CEPAL- Comissão das Nações Unidas para a América Latina
COMMONWEALTH- Comunidade Britânica de Nações
CSAN- Comunidade Sul Americana de Nações
EU/LAC- fundação da União Europeia com a América Latina e Caribe
FMI- Fundo Monetário Internacional
GATT- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IIRSA- Iniciativa Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
MMCA- Mercado Comum Centro Americano
MNA- Movimento dos Países Não Alinhados
NPK- *National Party Kombination*
NPS- Partido Nacional do Suriname
OEA- Organização dos Estados Americanos
OIC- Organização da Cooperação Islâmica
ONU- Organização das Nações Unidas
OTCA- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PNC- Congresso Nacional do Povo
PNR- *Partij Nationalistische Republiek*
PPP- Partido Popular Progressista
SADC- Comunidade de Desenvolvimento Africano Austral
SELA- Sistema Econômico Latino-Americano
UA- União Africana
UNASUL- União das Nações Sul Americana

SUMÁRIO

SUMÁRIO **12**
1- INTRODUÇÃO **13**
2- CONHECENDO A "OUTRA" AMÉRICA DO SUL: GUIANA E SURINAME **16**
2.1- ASPECTOS HISTÓRICOS E ANTECEDENTES 17
2.1.1- Aspectos históricos do Suriname 24
2.2- REGIONALISMO E REGIÃO 27
2.3- AS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAIS 31
2.4- DO REGIONALISMO ABERTO AO REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL 33
3- TEORIAS DE INTEGRAÇÃO **39**
3.1- A TEORIA CONSTRUTIVISTA NO ESTUDO DO REGIONALISMO 44
3.2- IDENTIDADE E INTERESSE NA POLÍTICA EXTERNA: UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA. 47
4- IDENTIDADE E POLÍTICA EXTERNA: A CONSTRUÇÃO DAS AGENDAS E ESTRATÉGIAS DA GUIANA E SURINAME NA INTEGRAÇÃO REGIONAL. **50**
4.1- OS MINISTÉRIOS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA GUIANA E DO SURINAME. 50
4.2- GUIANA E SURINAME: BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA DOS PAISES ATÉ INICIO DOS ANOS 2000. 53
4.2.1 - A virada nos anos 2000 55
4.3- ANALISE DO DISCURSO SOBRE A IDENTIDADE E A INTEGRAÇÃO GUIANENSE. 56
4.3.1- O discurso oficial: A integração para a Guiana 56
4.4- A NOVA IDENTIDADE REGIONAL: A "PONTE" ENTRE O CARIBE E A AMÉRICA DO SUL. 58
4.1.1- O tratado de Cooperação Amazônico: o primeiro elo. 58
4.4.2- Guiana e Suriname no MERCOSUL 59
4.4.3- Guiana e Suriname na UNASUL e IIRSA. 60
CONSIDERAÇÕES FINAIS **62**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **64**
APÊNDICES **67**
APÊNDICE A **67**
APÊNDICE B: **67**
APÊNDICE A- **68**
APÊNDICE B **71**

1- INTRODUÇÃO

No pós Guerra Fria, houve um intenso debate sobre a natureza da ordem internacional, o regionalismo e o fortalecimento que os mecanismos regionais tiveram, assumindo assim estas questões papel de destaque nas discussões centrais no âmbito das Relações Internacionais. Desde a primeira "onda" de regionalismo nos anos 1960 é observado um crescimento notável em número, abrangência e diversidade dos mecanismos regionalistas. A última década do século XX foi marcada pelo ressurgimento do regionalismo e de como este está cada vez mais presente na política mundial (HURRELL, 1995). A integração tornou-se uma agenda cada vez mais frequente e discutida, representando para os países denominados terceiros mundistas ou em desenvolvimento uma chance de levarem suas pautas ao cenário internacional.

O vocábulo integração é muitas vezes descrito como uma ação e ou efeito de construir, por parte, um todo. O dicionário moderno de língua portuguesa Michaelis define integração a partir de um enfoque sociológico como um ajustamento recíproco dos membros de um grupo e sua identificação com interesses e valores do mesmo. Alguns autores interpretam a integração regional simplesmente como um ajustamento mútuo de países vizinhos de forma a criar uma unidade que privilegie os valores e interesses da região. Dentre os vários aspectos que possam constituir processos de integração, a integração econômica é priorizada e o viés economicista é o mais abordado em nossa disciplina. A Integração é muitas vezes vista limitadamente como mero sinônimo de relações comerciais entre economias nacionais independentes (BALASSA, 1973). Em uma integração econômica regional prioriza-se a diminuição das barreiras comercias até sua eliminação de forma a propiciar trocas que fortaleçam a região criando condições mais favoráveis para o relacionamento desta com o resto do mundo. Logo, integração econômica regional seria:

> [...] um conjunto de medidas de caráter econômico e comercial adotadas para promover um tratamento preferencial que, em um primeiro momento, estabelece uma aproximação entre as economias dos Estados participantes e, posteriormente, alcança a união dessas economias. (LOPES, 2010, p. 10).

Outra discussão de destaque sobre integração se refere aos aspectos políticos que envolvem estes processos, com especial atenção para as consequências políticas advindas do processo integracionista. A partir dos anos 2000, na América do sul a agenda de integração é dilatada e passa a incorporar temáticas além das esferas política e econômica tais como infraestrutura, esfera social, redução das assimetrias etc. É justamente neste contexto que

Guiana e Suriname passam a olhar a integração sul-americana como uma oportunidade de se projetar internacionalmente e garantir sua inserção regional.

Em meio a esse contexto de ressurgimento do regionalismo ao final da Guerra Fria, dois países praticamente desconhecidos do restante da América do Sul, emergem, mesmo considerando que, desde suas independências sempre foram bastante ativos e participativos em mecanismos de integração regional. Estes países seriam a República Cooperativa da Guiana e a República do Suriname que passaram por processos de colonização distintos e apresentam composição étnica e cultural diferenciada dos demais vizinhos sul-americanos. Em virtude destes aspectos de diferenciação, passaram a ser conhecidos como a "outra" América do Sul. No início do século XXI estes tão próximos desconhecidos, passam a chamar a atenção dos países vizinhos ao participar da I reunião de presidentes da América do Sul, que daria origem a União das Nações Sul Americana (UNASUL) [1], demonstrando assim como estão mais engajados em processos e mecanismo de integração sul-americana.

A fim de compreender a participação desses países na integração regional, se faz necessário antes contextualizar o processo de integração da América Latina discutindo conceitos como região, regionalismo e integração. Existem inúmeras teorias e produções sobre integração regional, mas não é objetivo desse trabalho debatê-las, elas serviriam para contextualizar o período e o espírito da época. O presente trabalho, a partir da concepção construtivista de identidade, tentará determinar como as identidades internas da Guiana e do Suriname pautavam e pautam as estratégias e interesses das políticas externas desses países.

Como suas identidades garantiram desde os anos 1970 até meados dos anos 2000 uma integração e inserção mais voltada para a região caribenha e para o mundo anglo-saxão, até por conta dos laços existentes pelo passado colonial, é interessante perceber as mudanças ocorridas e que levaram a um maior interesse, em termos de Política Externa, para a região Sul-Americana. Diante do exposto, este trabalho também objetiva contribuir com maior conhecimento sobre estes países e seu papel na região, tendo em vista que a produção acadêmica sobre o tema é bastante reduzida. Entender como eles se enxergam na sua região e como se projetam para fora dela, nos ajuda a compreender o significado que a integração tem

[1] A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é formada pelos doze países da América do Sul. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela). Entrou em vigor o Tratado no dia 11 de março de 2011. O bloco tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos (MINISTERIOS DA RELAÇÔES EXTERIORES DO BRASIL, disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul).

para eles. Conhecer seus objetivos e interesses no âmbito regional pode ajudar os demais países a se aproximarem fortalecendo a integração latino-americana.

Pela dificuldade de encontrar produção acadêmica a respeitos dos países aqui analisados, esse trabalho usou muitas fontes primárias como os sites dos ministérios das relações exteriores, da iniciativa Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) [2], de discursos e uma entrevista com a chefa do departamento da UNASUL do Ministério das Relações Exteriores da Guiana, a senhora Hearth Seelochan. Não foi possível uma entrevista com o lado do Suriname, pois eles não responderam os e-mails. A parte histórica foi baseada no trabalho de Paulo Visentini e a concepção de identidade de Alexander Wendt.

O presente trabalho se estrutura em três capítulos. O capitulo um realiza primeiramente um levantamento histórico sobre os dois países, como se deram suas colonizações e formação étnica e cultural, assim como se deram suas independências e formação das Repúblicas. Nesse capitulo se explana sobre a formação econômica, política e social da Guiana e do Suriname. Depois busca debater os conceitos de região, regionalismo e integração para contextualizar as iniciativas de integração regional da América latina.

O capitulo dois faz um breve levantamento das principais teorias sobre integração regional, que surgiram na sua maioria para explicar a integração europeia. Com essa breve contextualização, o capitulo explana sobre o conceito de integração trabalhado pela teoria construtivista. Através da abordagem construtivista se trabalha o conceito de identidade e como essa influencia nos interesses e estratégias das politicas externas de um país.

O ultimo, o capitulo três nos mostra como estão conformados os ministérios das relações exteriores da Guiana e do Suriname, seus departamentos e áreas de atuação e depois faz uma explanação sobre os antecedentes históricos da politica externa dos países. Em seguida temos o debate da identidade da Guiana e do Suriname e como essas identidades influenciam os interesses e estratégias de suas politicas externas. Nessa seção é trabalhada a entrevista com a senhora Hearth Seelochan. Esse capítulo é finalizado trabalhado brevemente a atuação da Guiana e do Suriname nos mecanismo de integração regional MERCOSUL, IIRSA e UNASUL e no Tratado de Cooperação Amazônica (TCO), e se tal inserção é motivada ou não pela questão da identidade.

[2] Iniciativa Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é uma iniciativa que surgiu durante I reunião dos presidentes da América do Sul em 2000, tal iniciativa objetiva fomentar a infraestrutura regional e adoção de ações específicas para promover sua integração, desenvolvimento econômico e social. (IIRSA, disponível em: http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=41)

2- CONHECENDO A "OUTRA" AMÉRICA DO SUL: GUIANA E SURINAME

A República Cooperativa da Guiana e a República do Suriname foram uns dos últimos países a se tornarem Estados-Nação independentes na América do Sul, 1966 e 1975 respectivamente. Possuem as menores dimensões territoriais e uns dos Estados com menos habitantes. São caracterizados por possuírem uma complexa e diversificada composição étnico-cultural, possuírem idiomas diferentes dos demais países Sul Americanos, até recentemente tinham sua visão voltada para suas ex-metrópoles e para a região do Caribe (VISENTINI, 2008).

Eles se diferem da América platina e andina, o que faz com que teóricos como Visentini os classifiquem como "outra América do Sul". Em sua curta vida como países independentes tiveram maiores períodos de instabilidade política que os demais Estados Sul-Americanos. Em um período marcado por um declínio econômico, regimes governamentais autoritários se alternaram com democracias parlamentares, mas estas foram marcadas por baixos índices de governabilidades. Ambos os países possuem altos índices de fragmentação partidária e seus governos foram marcados muitas vezes por uma semiparalisia administrativa.

A diplomacia de ambos os países são cheias de rupturas e pouca organização. No campo externo enfrentaram vários litígios territoriais: a Guiana com Suriname, o Suriname com Guiana Francesa e a Guiana com Venezuela. Entretanto eles possuem um grande potencial energético e abundância de minerais em contraposição aos baixos índices de desenvolvimento. A exploração de tais recursos energéticos e minerais até muito recentemente estavam nas mãos de multinacionais europeias e estadunidenses, em vista disso eles passaram a procurar parcerias com países da América do Sul, como o Brasil, a fim de diminuir sua dependência do eixo EUA-Europa (VISENTINI, 2008). Apesar de um imenso potencial natural, em detrimento de suas heranças coloniais e má administração pós-independência, esses países apresentam grandes carências econômicas e principalmente de infraestrutura, como transporte e urbanização.

Essa fragilidade estrutural, como se verá mais adiante, foi um dos principais fatores que levaram a esses países a entrarem em mecanismos de integração regional no continente Sul Americano, a maioria dos acordos firmados nos âmbitos da UNASUL são de cooperação de infraestrutura e de segurança regional. Eles participam em projetos de infraestruturas da Iniciativa Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

Essa inserção em mecanismo como MERCOSUL, UNASUL e IIRSA significou muito mais do que uma mudança de política externa, tal inserção implica em certa mudança ou

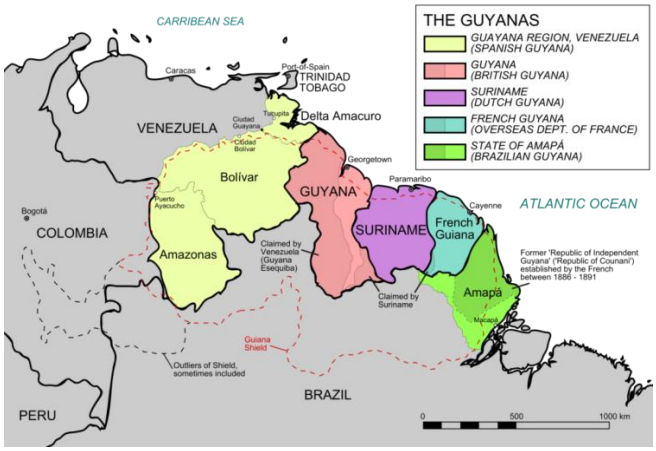
manipulação das identidades desses países. Ao participar em mecanismo de integração da América do Sul contribuem para solidificar e estabilizar a integração sul-americana, uma vez que isso representa que todos os países independentes da região estão trabalhando por interesses em comum.

Para conhecer melhor essa "outra" América do Sul e o porquê deles serem chamados de "outra" é necessário ter em conta os antecedentes históricos desses países, como se deram as formações de suas sociedades e de suas políticas e entender as razões deles serem os Estados mais desconhecidos e ignorados das produções acadêmicas da América do Sul.

2.1- ASPECTOS HISTÓRICOS E ANTECEDENTES

A Guiana e o Suriname juntamente com o território ultramarino francês a Guiana francesa e o estado brasileiro do Amapá (chamada de Guiana portuguesa) formam uma região geopolítica própria, as Guianas, Elas foram colônias Britânica, holandesa, francesa e portuguesa, respectivamente, sendo a Francesa a única ainda sob domínio europeu. Com exceção do agora Amapá, as Guianas são voltadas para o Caribe, são cobertas pela floresta amazônica e separadas da Bacia amazônica pelo planalto das Guianas. Em decorrência de sua colonização os países possuem baixa densidade demográfica, sendo que suas populações se concentram nas regiões litorâneas (VISENTINI, 2008). Veja no mapa a seguir a região das Guianas:

MAPA 01: **MAPA POLITICO DA REGIÃO DAS GUIANAS.**



Fonte: Wikipédia[3]

[3] http://pt.wikipedia.org/wiki/Guianas#mediaviewer/File: Guynaas. svg Acessado em: 11-11-14.

Os navegadores espanhóis e portugueses que exploravam as costas não tiveram interesse de colonizar essas áreas. Os holandeses por outro lado estabeleceram assentamentos agrícolas na desembocadura dos rios. As colônias eram voltadas aos cultivos tropicais como o açúcar, à exploração da madeira e outros recursos naturais, elas tiveram dificuldades de se desenvolverem principalmente devido às epidemias e aos ataques dos nativos da etnia Caribes e Arawaks (VISENTINI, 2008).

Durante a Revolução Francesa, em 1796, os ingleses ocuparam as colônias ocidentais, atual Guiana, que após o reconhecimento da Holanda em 1814 que elas pertenciam à Inglaterra, essas colônias ocidentais se tornaram oficialmente a Guiana Inglesa, uma colônia britânica. A Holanda manteve apenas o litoral do atual Suriname, enquanto Portugal durante as guerras napoleônicas ocupou temporariamente a Guiana Francesa. (VISENTINI, 2008).

Sem mão de obra para as *plantations* os colonizadores introduziram escravos africanos, muitos dos quais se revoltaram, fugindo para a floresta, onde os *maroons* (como ficaram conhecidos) criaram sociedades baseadas nas estruturas sociopolíticas da África ocidental. Com o fim do tráfico negreiro, os ingleses trouxeram trabalhadores chineses e indianos a partir da década de 1830, o que também foi feito pelos holandeses a partir da década de 1870 com indianos e indonésios, especialmente javaneses. (VISENTINI, 2008).

Assim, foram sendo transformadas em sociedades multiétnicas e multiculturais, com uma ampla variedade racial, linguística e religiosa. Ameríndios, afrodescendentes, indianos, paquistaneses, javaneses, ingleses, holandeses, chineses e mestiços constituem essas complexas sociedades. Em geral cada grupo mantém uma forte identidade, havendo pouca mestiçagem. Posteriormente, a constituição dos movimentos e partidos políticos foi fortemente assentada em linhas étnicas. (VISENTINI, 2008)

Em 1980 a população da Guiana era de um milhão, mas hoje gira em torno de 880 mil. Os idiomas falados são o inglês, híndi, urdu. Ao redor de 32% da população viva na área urbana, principalmente na capital, Georgetown (LIMA, 2011). Com uma expectativa de vida de 62 anos de seus habitantes e pouca densidade populacional, a Guiana é composta pelas etnias e religiões descrita na tabela a baixo:

TABELA 01- COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RELIGIOSA DA GUIANA.

COMPOSIÇÃO RELIGIOSA	%	COMPOSIÇÃO ÉTNICA	%
Protestantes	33	Hindus	50
Católicos	17	Afrodescendentes	33
Hinduístas	34	Ameríndios, Mestiços, chineses e Europeus.	17
Mulçumanos	9		

Fonte: VISENTINI, 2008.

A população do Suriname gira em torno de aproximadamente 493 mil habitantes, dos quais cerca de 10% são brasileiros, que em sua maioria são clandestinos. Possui maior expectativa de vida que a Guiana de aproximadamente 71 anos, um PIB de 1.5 bilhões de dólares, maior que o da Guiana que é de 1.1 bilhões de dólares, uma renda per capita de 3.102 dólares enquanto que o da Guiana e de 1,375 dólares. Em contrapartida tem uma taxa de analfabetismo mais alta 8% enquanto que a da Guiana é de 3% (VISENTINI, 2008). No Suriname se fala oficialmente o holandês, mas também o híndi, javanês, crioulo, francês e inglês. É composto pelas etnias e religiões descritas na tabela a baixo:

TABELA 02- COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RELIGIOSA DO SURINAME.

COMPOSIÇÃO RELIGIOSA	%	COMPOSIÇÃO ÉTNICA	%
Protestantes	23	Indos-paquistaneses	37
Católicos	21	Afrodescendentes	10
Hinduístas	26	Mestiços	30
Mulçumanos	19	Javaneses	16
Cultos Ameríndios	5	Ameríndios	3
		Chineses	2
	5	Europeus.	1

Fonte: VISENTINI, 2008.

Durante a segunda guerra mundial iniciou-se um novo ciclo econômico nesses países, quando a extração da bauxita e do alumínio passa a substituir os principais produtos do antigo sistema de *plantations*. As explorações eram feitas por multinacionais estadunidenses, como a Alcoa[4] e por sua filial *Suralco*. Depois o ouro passa a ser o produto principal do país e foi um

[4] A Alcoa é uma das três maiores empresa de alumínio do mundo junto com a Alcan e a Rusal com sede nos Estados Unidos. A empresa surgiu em 1886 na cidade de Pittsburgh, Pennsylvania. A empresa conta com 129.000 empregados e sua receita alcançou a cifra de US$ 30.4 bilhões de dólares em 2006. Foi eleita pelo Great Place to Work Institute (GPTW) como uma das cem melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Disponível em: http://www.alcoa.com/global/en/about_alcoa/history/home.asp acessado em: 31-10-14.

dos responsáveis para que no século XXI, após período de guerra civil o país se instabilizasse. (KEMPER e MCCARNEY, 2013).

O processo de descolonização no caso das Guianas foi mais complexo, pois a grande maioria dos habitantes eram imigrantes, da época colonial. Cada etnia tinha uma forma de lidar com colonizador, fato que constituía um desafio a mais para a independência.

Na Guiana, o movimento pela independência ganhou impulso após a Segunda Guerra Mundial, através do Partido Popular Progressista (PPP), fundado em 1950, de base multiétnica eles defendiam uma plataforma de independência nacional e reformas sociais. Seu líder Cheddi Jagan foi eleito para primeiro ministro em 1953, 1957 e 1961 com consentimento da Inglaterra. Com medo de uma agitação popular, do comunismo e das radicalizações esquerdistas do PPP, a Inglaterra suspende a constituição de 1957. Por causa da pressão popular em 1961 ele é eleito agora com total autonomia e promulga uma nova constituição (LIMA, 2011).

Por influência das multinacionais estadunidenses, que temiam o movimento esquerdista do presidente Jagan, houve o surgimento de uma liderança rival dentro do partido, surgindo assim o novo partido Congresso Nacional do Povo (PNC), liderado por Forbes Burnham de etnia afrodescendente. Ele foi eleito primeiro ministro em 1964. Seguem-se violentos conflitos comunitários entre PPP e PNC, que levam os britânicos a intervir e, na sequência, a conceder a independência completa à Guiana em 25 de maio de 1966, dentro da Comunidade Britânica de Nações (COMMONWEALTH[5]). Em 1968 Burnham é reeleito ministro e, em 1970, para surpresa geral, transforma a Guiana na primeira "República Cooperativa" do mundo (VISENTINI, 2008). O aumento de gastos públicos nas áreas sociais se deu por causa do elevado preço dos produtos de exportação guianenses no mercado internacional e também pelo governo está controlando diretamente três quartos da economia. Entre os anos 1970-1975 a economia cresceu 4% ao ano (LIMA, 2011).

Esse evento significou uma inflexão do governo da Guiana à esquerda. Com a proclamação de uma republica cooperativa, foram adotadas pelo governo central tendências socializantes, voltadas para a nacionalização da economia e a adesão ao Não alinhamento. Em

[5] A Commonwealth of Nations (Comunidade de Nações), normalmente referida como Commonwealth e anteriormente conhecida como a Commonwealth britânica, é uma organização intergovernamental composta por 53 países membros independente. Todas as nações membros da organização, com exceção de Moçambique (antiga colônia Portuguesa) e Ruanda (colônia francesa), faziam parte do Império Britânico, do qual se desenvolveram. Os Estados-membros cooperam num quadro de valores e objetivos comuns, conforme descrito na Declaração de Cingapura. Estes incluem a promoção da democracia, direitos humanos, boa governança, Estado de Direito, liberdade individual, igualitarismo, livre comércio, multilateralismo e a paz mundial. Disponível em: http://www.bbc.com/news/world-africa-16842428 Acessado em: 08-11-14.

1973 foi realizada uma revolução cultural no país a fim de introduzir o programa *Nacional Service* cujo objetivo principal era aumentar a autoestima dos cidadãos. Foram organizadas brigadas cujas tarefas eram destinadas a dotar a população de moradia, alimentação e vestuário. Havia também uma milícia popular para assegura a "revolução". (VISENTINI, 2008).

Durante o século 19, o governo colonial britânico, baseado no trabalho de seu explorador Robert Schomburgk, questionou sobre a linha divisória de sua então colônia com a Venezuela (GEHRE & LINHARES, 2012). Em 1889 um laudo arbitral definiu a fronteira, demarcando-a e limitando-a legalmente. Entretanto a Venezuela não ficou satisfeita com essa decisão arbitral, e isso leva nos anos de 1962 a um desejo de rever o acordo sobre a região do Essequibo[6], que representa mais da metade do território da Guiana, sendo uma região fértil e cheia de recursos minerais e energéticos.

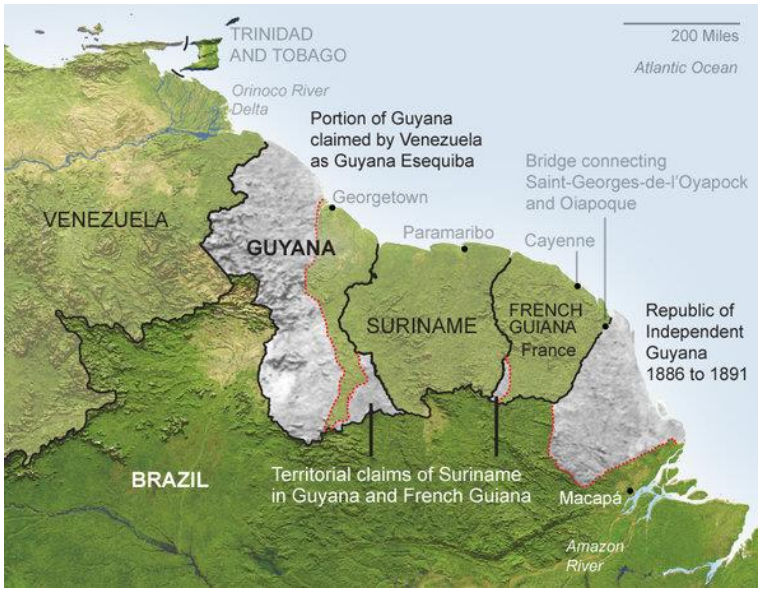
Com a independência da Guiana, a Venezuela não precisaria mais tratar com a Inglaterra e sim com país menor e mais frágil, então em 1967 ela veta a entrada da Guiana na Organização dos Estados Americanos (OEA[7]) e dois anos depois incentiva uma rebelião de fazendeiros e indígenas no sul da região em disputa. O governo da Guiana reprimiu de forma violenta os rebeldes que haviam assassinado vários policiais, destruindo aldeias e fazendas e expulsando-os.

A Venezuela se vendo isolada internacionalmente sobre o assunto do litígio, firma no ano seguinte da rebelião o Protocolo de Porto-of-Spain que definia uma moratória de vinte anos para a disputa. A tensão retorna nos anos 80 quando então presidente venezuelano Luís Herrera Campins se recusa a renovar o protocolo como veremos na seção de política externa da Guiana do presente trabalho (VISENTINI, 2008). Veja a área em disputa no mapa a seguir.

[6] Essequibo é o nome do território do Planalto das Guianas, compreendido entre o rio Cuyuni e o rio Essequibo, que apresenta uma extensão territorial de 159.500 km², o qual faz parte atualmente da República Cooperativa da Guiana, mas cuja soberania é reclamada pela Venezuela internacionalmente por meio do Acordo de Genebra, de 17 de fevereiro de 1966. Disponível em: http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter52.html. Acesso em: 01-01-15.

[7] A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como "Sistema Interamericano", o mais antigo sistema institucional internacional. A OEA foi fundada em 1948 com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA que entrou em vigor em dezembro de 1951. Hoje, a OEA congregam os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 69 Estados e à União Europeia (EU). Para atingir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em seus principais pilares que são a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp Acessado em: 12-11-14.

MAPA 02: REGIÃO DO ESSEQUIBO RECLAMADA PELA VENEZUELA.



Fonte: Joe Burgess, The New York Times, 2012[8].

Em 1976 o partido PPP junto com seu líder Cheddi Jagan volta a integrar o parlamento, eles abandonam sua postura de boicote e propuseram uma unidade nacional anti-imperialista. Entretanto com a proclamação da nova constituição eles voltam a abandonar o parlamento. O novo regime de cooperativismo teve problemas de aceitação internacional, um dos motivos foi quando o líder da seita Templo do povo de Cristo, Jim Jones, transferiu mil integrantes da seita para uma comunidade agrícola (com a aprovação do governo e reconhecida como uma experiência de comunidade agrícola) na qual eles tinham posse de armas, e sendo investigado pelo congressista estadunidense Leo Ryan, alguns seguidores de Jones assassinam o congressista e depois cometem suicídio coletivo (Jones e mais 900 pessoas). (VISENTINI, 2008)

Burnham foi eleito nos anos 80 através de processos fraudulentos ao mesmo tempo em que a economia entrava em declínio devido à queda do preço dos produtos de exportação do país no mercado internacional. Em 1981 a crise da divida leva a Guiana a suspender o pagamento de serviços. Isso leva ao crescimento da economia informal e leva o país a depender das remessas de divisas dos cidadãos que emigraram da Guiana.

Nesse contexto, o então presidente Burnham assina um acordo com O Fundo Monetário Mundial (FMI) e passa a permitir que empresas multinacionais explorem as recém-descobertas jazidas de petróleo e urânio, inclinando o país ao regime liberal. Devido a grande

[8] JACOBS, Frank. The Loneliness of the Guyanas. 16-01-12. Disponível em: http://opinionator.Blogs.nytimes.com/2012/01/16/the-loneliness-of-the-guyanas/ Acessado em: 11-11-14.

evasão de pessoas (cerca 764 mil) da Guiana, o país carecia de mão de obra capacitada, além disso, possuía carência de infraestrutura básica e de geração de energia. Essa grande debilidade de infraestrutura foi um dos motivos que levaram a Guiana a participar em vários mecanismos de integração regional.

Com a morte súbita de Burnham em 1985, Desmund Hoyte o substitui. No mesmo ano ocorrem eleições e em meio a denuncia de fraudes o PNC vence com 78% dos votos. Devido a isso cinco partidos opositores criam a Coalizão Patriótica pela Democracia que boicotam o parlamento. Como forma de esvaziar a plataforma de oposição, o então eleito presidente Hoyte, declara o retorno ao socialismo cooperativo em 1987. Entretanto a crise econômica e os protestos da população levam o governo a decretar Estado de Emergência em dezembro de 1991, que faz com que o governo tivesse uma abordagem mais liberalizante (LIMA, 2011).

Nesse período a população decaiu de um milhão para 800 mil. No ano seguinte Jagar e o PPP derrotam Hoyte e o PNC, obtendo 54% dos votos contra 41%. Esse período é marcado pelo ingresso da Guiana na OEA, em decorrência da aproximação dela com a Venezuela, ambas temiam interferências estrangeiras no continente como ocorreu no caso das Malvinas e na invasão estadunidense em Granada (cujo governo era aliado do governo guianense antes da invasão) (VISENTINI, 2008).

Com a ascensão de Jagar ao poder em 1992, se encerra três décadas de domínio do PNC. Conhecido na região por seus ideais marxistas, ele surpreendeu a todos ao deixar que tropas do EUA fizessem exercícios militares na selva. Segundo o presidente eles iriam combater o narcotráfico e desenvolver o interior. No âmbito econômico ele seguiu as políticas do FMI, adotando a economia de mercado para solucionar os problemas sociais e econômicos como a pobreza que atingia cerca de 80% da população (LIMA, 2011). As medidas liberalizantes destinadas a conter a inflação e o déficit geraram ondas de protestos, greves e violências. Paralelamente a isso era cada vez mais crescente a influencia dos "Barões das Drogas".

Em 1997, em meio a denuncia de fraudes, a primeira dama Janet Jagar assume após a morte de seu marido. Isso gera novas ondas de protestos e violências, muitos de caráter étnico, pois o PPP era de maioria hindu enquanto que o PNC tinha bases afrodescendentes. Para aliviar a situação houve mediação da Comunidade do Caribe (CARICOM) [9], resultando

[9] A CARICOM, antigo Comunidade e Mercado Comum do Caribe e atual Comunidade do Caribe é um bloco de cooperação econômica e política, criado em 1973, formado por 12 países e seis territórios da região caribenha. O bloco foi formado por ex-colônias de potências europeias que, após a sua independência, viram-se na

em um pacto fraco em vista da oposição de Hoyte, líder do PNC ao governo do PPP. Alegando motivos de saúde Janet Jagar em 1999 renuncia, e o então ministro da Fazenda Bharrat Jagdeo foi nomeado presidente (LIMA, 2011). Em 2001 ele é eleito presidente e reeleito em 2006. Com algumas medidas liberalizantes ele conseguiu certa estabilidade macroeconômica e crescimento da economia, porem a discriminação contra os negros segue forte assim como o crescimento do crime organizado. O atual presidente é o secretário geral do PPP desde 1997, Donald Ramotar, eleito em 2011(VISENTINI, 2008).

2.1.1- Aspectos históricos do Suriname

O Suriname, então Guiana Holandesa, tinha, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um movimento nacionalista ativo, pois, assim como a Inglaterra, a Holanda saiu da Segunda Guerra bastante enfraquecida. O *National Party Kombination* (NPK), de base criola, era uma frente formada por quatro partidos de esquerda que defendia uma plataforma independentista desde 1945. O partido rival Vatan Hifkanie, era liderado por Jaggernauth Lachmon e dominado por comerciantes e empresários indianos, desejavam, por outro lado, adiar a independência. (VISENTINI, 2008)

Em 1954, no contexto das negociações com a Indonésia, é concedida autonomia dentro do Reino Tripartido da Holanda, com a concessão de cidadania holandesa a grande parte da população do Suriname, os descendentes de europeus abandonaram o país logo após a independência por não acreditar que o Suriname poderia sobreviver sozinho. Em 1973 o independentista Partido Nacional do Suriname (NPS), sucessor do NPK, de base criola e liderado pelo liberal Hinck Arron, vence as eleições, tornando-se primeiro ministro. (VISENTINI, 2008)

---

contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico. Além de incentivar a cooperação econômica entre os membros, a organização participa da coordenação da política externa e desenvolve projetos comuns nas áreas de saúde, educação e comunicação. Este bloco de integração regional visa promover o livre comércio, o livre movimento do trabalho e do capital; coordenar a agricultura, a indústria e política estrangeira entre os seus países membros. Desde 1997 defendem o tratamento diferenciado para economias pouco desenvolvidas, incluindo prazos maiores para o cumprimento de futuros acordos de comércio. Em 1998, Cuba foi admitida como observadora do Caricom. O bloco marca para 1999 o início do livre comércio entre seus integrantes, mas a decisão não se efetiva. Em maio e em julho de 2000 a República Dominicana e Cuba, respectivamente, firmam acordos de livre comércio com o bloco. Disponível em: http://www.caricom.org/jsp/community/objectives.jsp?menu=community Acessado em 11-11-14.

Apoiado por Lachmon, a independência foi proclamada em 25 de novembro de 1975, com consentimento holandês. Grande parte da classe media foi para a Holanda acarretando em uma falta de mão de obra administrativa e um retrocesso na produção econômica, em especial na agricultura. Aproveitando a fragilidade do país as grandes multinacionais exploradoras de bauxitas dominavam a economia do Suriname. (VISENTINI, 2008)

Foi assim estruturado um país de democracia parlamentar e sistema partidário representado, sobretudo por grupos étnicos: de base criola o Partido Nacional do Suriname, base hindu o partido da reforma progressista; base javanesa o *Indonesian Peasant's Party* e o esquerdista independentista *Partij Nationalistische Republiek* (PNR). (CEPP) [10].

Na metade dos anos 70 a situação econômica do Suriname foi precária em vista da grande emigração de quase um terço da população. O fato de a multinacional estadunidense Alcoa controlar quase toda exploração de bauxita do país gerava bastante ressentimento, essa empresa era responsável por quase toda a exportação do Suriname, eles chegaram a construir uma hidrelétrica para transformar bauxita em alumínio. Em meio a esse contexto um grupo de dezesseis suboficiais comandados por Desiré Delano Bouterse acusa o governo de ser ineficientes e desencadeia um golpe de Estado, conhecido como a "revolução dos sargentos" (ESTADÃO, 2009).

Bouterse é então eleito presidente, ele primeiramente estabelece o conselho Militar Nacional que era conformado por opositores do governo anterior e esquerdistas. Um ano depois ele decretar o estabelecimento de um governo civil militar, liderado pelo primeiro ministro nacionalista Errol Halibux, que era líder da união de trabalhadores e agricultores. Em 1982 em meio a ondas de protestos, as forças de segurança assassinam quinze membros da oposição, que faz com a Holanda corte toda a ajuda ao país. O país então se volta para Cuba, que envia assessores militares e civis, o que preocupa o governo dos EUA, temendo que uma nova Cuba nascesse no seio da Amazônia, incentiva o governo militar brasileiro de Figueiredo a oferecer em troca de cancelar a cooperação com os cubanos oferece um pacote de ajuda, que foi aceito (PROCÓPIO, 2007).

Nos primeiros anos da década de 80 eclode uma serie de greves pelo país em detrimento do declínio econômico causado pelo corte de ajuda externa. É também nessa época que se forma a guerrilha dos *Maroons* na fronteira com a Guiana Francesa que dura ate 1994. Em 1987 é proclamada uma nova constituição que institucionalizava a vida política do país.

[10] CENTRO DE ESTUDOS DO PENSAMENTO POLÍTICO, **Suriname**. ISCSP. Disponível em: http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/estados/america/suriname.html Acessado em: 07-01-15.

Remsewak Shnkar da frente pela Democracia e o Desenvolvimento triunfa nas eleições do ano seguinte. Ele estabelece um acordo com a guerrilha dos Maarons permitindo que ela se mantivesse armada no interior.

O comandante do exercito Bouterse ficou extremamente descontente com o acordo, derrubando em 1990 o governo e a assembleia nomeia Johan Kraag presidente provisório. Os EUA acusaram Bouterse de estar envolvido com o trafico de drogas e ameaça invadir o país. Sem alternativas ele recua do governo, mas ainda manteve uma grande influencia. Nas eleições daquele ano foi eleito presidente Rulnald Venetiaan da ampla coalizão de partidos civilistas e movimentos étnicos de oposição.

Venetiaan como forma de eliminar as forças armadas como um ator politico desestabilizador reduz o orçamento de defesa em 50% e o efetivo do exercito em 66%. No âmbito econômico fez o clássico ajuste estrutural neoliberal, privatizando 110 empresas paraestatais. Entretanto a redução da inflação e certa estabilidade macroeconômica não reduziram a pobreza, gerou uma situação social difícil, ocasionando em ondas de protesto, como a ocupação da represa de Afobakka, por exemplo. (VISENTINI, 2009).

Mesmo com momentos de tensão, forte influencia de Bouterse e avanço social lento, o Suriname consegui superar sua instabilidade e resolver alguns conflitos das décadas anteriores. Em 1996 foi eleito Jules Wijdenbosch presidente com mandato até os anos 2000, então Venetiaan foi eleito em 2000 e reeleito em 2005, com mandato ate 2010. Venetiaan é de um partido que faz oposição aos militares, mas até os dias atuais o que definem os partidos são as linhas étnicas (VISENTINI, 2008).

Em 1998 o país passa a fazer parte do Banco Islâmico de desenvolvimento. Novas perspectivas econômicas estão se abrindo para o Suriname com a exploração de ouro e inicio da produção de petróleo e gás, que vem ajudando o país a desenvolver projetos de infraestrutura, entretanto a exploração do ouro tem causado grandes problemas, pois ela é feita por imigrantes brasileiros ilegais, que atualmente representa 10 % da população do Suriname. A situação se torna ainda mais complicada devido ao crescente crime organizado.

Em 2000 Bouterse foi condenado pelo tribunal de Haia por tráfico de drogas o que o impede de deixar o Suriname. Mesmo assim foi eleito em 2010 para presidente principalmente por causas de seus programas governamentais de cunho social e se mantem no poder até presente momento.

Tanto a Guiana como o Suriname ascendeu à independência durante um período caracterizado pela ascensão do terceiro-mundismo e do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA[11]), o que se refletiu na vida política de ambas as nações. A partir dos anos 70 as diplomacias da Guiana e do Suriname se pautavam em cincos princípios básicos: 1) Não alinhamento, 2) apoio às causas progressistas mundiais; 3) unidade econômica do Caribe anglo falantes, 4) militância antiapartheid e a 5) integridade territorial. Tais princípios vão pautar suas agendas até o final dos anos 90. (VISENTINI, 2008).

Já nos anos 2000 em diante há uma transformação das identidades desses países e eles passam a buscar uma identidade sul-americana. Para entender tal transformação é necessário discutir alguns conceitos como região, regionalismo e integração.

2.2- REGIONALISMO E REGIÃO

Segundo Hurrell (1993, p. 29) o regionalismo é um conjunto de políticas, estabelecidas com a intenção de promover o surgimento de uma sólida unidade regional, a qual, além de definir as relações estatais dessa região e com o resto do mundo, constitui a base organizacional para políticas diversas para este território. O processo de integração econômica demanda a criação de novas formas de governanças regionais, para se compreender qual tipo de bloco regional está se formando é necessário conhecer sua rede de interdependências e os objetivos comuns.

Há pouco consenso sobre as definições do que seria "região" e "regionalismo"; ambos são termos que possuem variados significados no debate acadêmico. Há certos limites que devem ser utilizados para definir o termo "regionalismo", tais como o geográfico, por isso Hurrell (1995) o distingue como um fenômeno que envolve organizações menos globais. Durante as décadas de 60 e 70 foram discutidos ambos os termos, mas sem chegar a um consenso.

[11] O Movimento dos Países Não alinhados é um Movimento de 115 membros que representam os interesses e prioridades dos países em desenvolvimento. O Movimento tem a sua origem na Conferência Ásia-África realizada em Bandung, na Indonésia, em 1955. A reunião foi convocada a convite dos primeiros-ministros da Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, e reuniu líderes de 29 estados, a maioria ex-colônias, dos dois continentes da África e da Ásia, para discutir preocupações comuns e para desenvolver políticas conjuntas nas relações internacionais. O primeiro-ministro Nehru, o estadista sênior reconhecido, juntamente com os primeiros-ministros Soekarno e Nasser, levou à conferência. Na reunião os líderes do Terceiro Mundo compartilharam seus problemas similares de resistir às pressões das grandes potências, mantendo sua independência e se opor ao colonialismo e neocolonialismo, especialmente dominação ocidental. Disponível em: https://translate.google.com.br/translate?sl=en&tl=pt&js=y&prev=_t&hl=pt-BR&ie=UTF8&u=http%3A%2F%2Fwww.nam.gov.za%2Fbackground%2Fhistory.htm&edit-text=&act=url Acessado em: 12-11-14.

O regionalismo foi por diversas vezes analisado pelos autores através de fatores sociais (etnia, raça, idioma, religião, história, etc.); econômicos e políticos; tais como regimes e ideologias. As interpretações centrais de alguns atores políticos sobre região é que esta pode ser socialmente construída e, portanto politicamente podem ser contestadas pois; "não existem regiões naturais, as definições do que seria uma região e os indicadores da "qualidade" de ser região variam de acordo com os problemas particulares ou as questões que se estão pesquisando". (HURRELL, 1995, p. 25).

O regionalismo pode ser descrito como uma posição moral ou como uma doutrina, pelas quais as relações internacionais deveriam se pautar ou organizar. Alguns analistas ignoram discrepâncias regionais e acabam por colocar Estados totalmente diferentes no mesmo "bote" regional sugerido que estes deixem de lado seus "egoísmos" nacionais e pensem em novas formas de cooperação (HURRELL, 1995).

Para melhor entendimento do conceito de Regionalismo, serão estudadas cinco categorias feitas através da decomposição do termo realizado pelo teórico Andrew Hurrell: regionalização, consciência e identidades nacionais, cooperação regional entre Estados, integração econômica regional interestatal e a coesão regional.

Quanto à regionalização o autor a define como o crescimento da integração da sociedade em uma região e aos processos de interação social e econômica, que muitas vezes não foram dirigidos. Alguns autores a conceitualiza como integração informal e mais recentemente como "Regionalismo Suave". O termo chama a atenção para os processos econômicos autônomos que conduzem a níveis mais altos de interdependência econômica em certa área geográfica do que entre essa área e o resto do mundo (HURRELL, 1995). As forças que impulsionam a regionalização econômica são as comerciais, políticas e as decisões empresariais. Os fluxos de investimento estão impulsionando para uma maior integração das economias das regiões e dentro delas.

A regionalização também abarca o fluxo de pessoas, os canais e redes sociais pelos quais ideias, atitudes políticas e modo de pensar circulam de uma área a outra criando o que Hurrell denomina de "sociedade civil regional transnacional". "Complexos", "Fluxos", "redes" e "mosaicos" são forma de conceitualiza regionalização. Sobre a regionalização há três pontos a destacar; primeiro, os processos envolvidos nela são a princípio mensuráveis, embora Karl Deutsch *apud* (1995) sugira que o que se mede e o que se infere dos dados obtidos permanecem como questões problemáticas.

Segundo, que a regionalização não se baseia em políticas concretas de Estados ou grupo de Estados nem pressupõe qualquer impacto específico nas relações entre os Estados da região. E terceiro, que os seus padrões não coincidem necessariamente como as fronteiras dos Estados. Migrações, redes sociais e relações comerciais podem criar novas "regiões" entre as fronteiras.

Esse "regionalismo transnacional" como denomina Hurrell (1995) pode ser econômico (corredores de indústrias) ou pelo alto fluxo de pessoas, como por exemplo, na fronteira entre a Califórnia e o México. Quanto à consciência e identidade regionais, estes são conceitos vagos e imprecisos, mas por ser cada vez mais fundamentais para a compreensão do regionalismo contemporâneo, são impossíveis de ignorar. Emanuel Adler (1994) chamou de "regiões cognitivas" todas aquelas regiões que foram definidas subjetivamente, isso por que assim como as nações, as regiões também podem ser entendidas como comunidades imaginadas apoiadas em mapas mentais, cujas linhas destacam certos pontos e ignoram outros.

As noções de regionalismo e identidades regionais são constantemente definidas e redefinidas pela linguagem, pela retórica, discursos do regionalismo e por processos políticos (HURRELL, 1995). A questão da identidade regional europeia é, por exemplo, uma questão subestatal e supraestatal. A consciência regional e a percepção de pertencimento a uma comunidade pode se dar por fatores internos tais como cultura, história e tradições comuns. Pode se dar também em contraposição a um "outro" externo, que poderia ser uma ameaça externa ou um desafio cultural. Embora seja umas das características marcantes do "novo" regionalismo, a "ideia" do que seria uma Europa, América ou Ásia se baseia em argumentos de profundas raízes históricas sobre o conceito de região e dos valores, pautando-se até mesmo no nacionalismo (HURRELL, 1995).

A cooperação regional entre os Estados é importante por que uma parte significativa das atividades de integração regional são as negociações e construções de acordos ou regimes interestatais ou intergovernamentais. Segundo Hurrell (1995, p. 28) nesse tipo de cooperação, altos níveis de institucionalização não são garantias de eficácias ou importância política. Ela pode envolver a criação de instituições formais, mas podem também se basear em estruturas soltas como as reuniões regulares que obedece a algumas regras e tem mecanismos de preparação e acompanhamento. Para alguns esquemas regionalistas certo grau de institucionalização é importante para que a cooperação seja eficaz e sustentável.

Os instrumentos de cooperação podem servir para responder a desafios externos, coordenar uma "opinião" regional em certas instituições internacionais ou em algum fórum de

negociação. Eles podem assegurar ganhos de Bem-Estar, promover valores comuns ou resolver problemas comuns, em especial àqueles que foram produzidos pela crescente interdependência regional. Podem criar um equilíbrio de poder na região e até mesmo instituições para garantir a segurança da região.

A integração econômica regional é uma subcategoria da cooperação regional. Integração regional envolve decisões políticas próprias dos governos a fim de reduzir ou retirar barreiras das trocas de bens, pessoas, serviços e capital. As primeiras etapas da integração se concentraram na eliminação das barreiras comerciais e na formação de uma união alfandegária de bens. Com a expansão do processo, o objetivo passa se torna as barreiras não tarifárias, a regulação do mercado e desenvolvimento de políticas comuns. Dominado pela concepção europeia de regionalismo, este é visto como integração econômica, entretanto a integração econômica é apenas um aspecto de um fenômeno mais global que seria o regionalismo. (ZALDUENDO, 2010).

A teoria econômica clássica elaborou uma tipologia que permite categorizar os esquemas de integração conforme seus avanços e aprofundamentos. Em uma trajetória reta, esses “tipos” de integração constituem etapas a cumprir e assim chegar a uma meta final almejada. Na pratica essa sequencia não se cumpre em todos os casos, já que os diferentes projetos de integração possuem objetivos menos profundos (ZALDUENDO, 2010).

A sequência seria: 1)A Área de preferências tarifárias (os participantes estabelecem baixas tarifas para alguns produtos de seu comércio recíproco, sem englobar todos os aspectos de seus comércios); 2) zona de livre comércio (os participantes eliminam totalmente as tarifas e outras restrições em seu comércio recíproco); 3) A União aduaneira (comércio livre entre os membros e possui uma tarifa externa comum em relação a terceiros, em um estado mais avançado unificam a administração aduaneira); 4) O mercado comum (livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais) e 5) A União econômica (estado em que pode incluir uma moeda comum). (ZALDUENDO, 2010).

Por fim a coesão regional só seria possível se em algum momento os quatros aspectos acima citados juntos formassem uma unidade regional coesa e consolidada. A coesão regional pode ser entendida quando a região exerce um papel definidor nas relações interestatais em países de determinadas áreas geográficas com o resto do mundo; e também quando a região forma a base da organização de políticas para questões diversas.

A importância política do regionalismo para Hurrell (1995) deriva do grau imposto pela interdependência de custos reais, potenciais ou significativos aos atores principais. Para aqueles que são externos a região, ele importa pelos impactos prejudiciais dos acordos

econômicos preferenciais entre si, pela mudança na distribuição de poder político ou por ter que redefinir suas políticas para os termos regionalistas.

Para a própria região, ele importa quando os acordos regionais estabelecem custos econômicos e políticos expressivos e quando a região passa a ser a base organizadora das políticas daquela região sobre vários assuntos relevantes. Um indicador da coesão seria o fato de que os acontecimentos regionais e suas políticas moldam os panoramas para as políticas internas dos países (HURRELL, 1995). Há vários caminhos para a coesão regional. Entretanto existem vários modelos pelos quais a coesão regional pode se dar. Um exemplo poderia ser a criação de uma organização supranacional alicerçada por uma profunda integração econômica.

Outra possibilidade seria através da criação de regimes e mecanismos interestatais de forte institucionalização e sobrepostos. A coesão poderia também se basear em uma forte hegemonia regional que com ou sem sólidas instituições, fiscalizassem as políticas externas dos Estados dentro de sua esfera de influencia e estabelecesse limites para as opções de política interna. Enfim, há vários modelos a seguir, assim como também existem varias teorias da integração que tentam explicar o fenômeno e fazer previsões.

Pensando que a ideia da região Sul-americana é importante para a entrada da Guiana e Suriname nos processos de integração sub-regionais é necessário observamos quando essa identidade "sul-americana" ganha força na agenda da integração latino-americana.

2.3- AS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAIS

As iniciativas de integração na América Latina iniciaram-se no período da independência, Simon Bolívar um dos responsáveis pela libertação de muitas colônias espanholas, já pensava em uma união econômica e política desses novos países e assim conjuntamente pudessem defender seus interesses em comum e se fortalecer frente às grandes metrópoles europeias. A segunda fase ou onda inicia com as transformações ocorridas na região durante a grande crise e vai até o esgotamento, em fins dos anos de 1960 e começos dos 70 (SOUZA, 2012). A criação da comissão das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL[12]) em 1949 representou um grande passo para a integração.

[12] A CEPAL é um órgão regional da Organização das Nações Unidas (ONU) sediado em Santiago do Chile. Foi criada em 1948 com a missão de pesquisar e realizar estudos econômicos que promovessem políticas de desenvolvimento na América Latina. Ao aglutinar em seus quadros especialistas de diferentes áreas das Ciências Sociais, esta instituição exerceu por muito tempo uma grande influência sobre intelectuais e governos de vários países da região (GARGIULO, 2014, págs.06).

Sob o espírito cepalino, ao longo dos anos surgiram inúmeras tentativas de integração, algumas mais abrangentes como; Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC[13]), Sistema Econômico Latino-Americano (SELA[14]) e Associação Latino-Americana de Integração (ALADI[15]); e outras mais específicas como Mercado Comum Centro Americano (MCCA), grupo Andino, Tratado de Cooperação Amazônica (TCA[16]) comunidade do Caribe (CARICOM) e por fim o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no inicio da década de 90.

A ação dos EUA moldou o processo de integração latino-americano segundo os interesses de suas corporações, ao enfatizar as relações de comércio e o regionalismo aberto (SOUZA, 2012). Entretanto, a adoção na região de políticas neoliberais do Consenso de Washington

[13] A Associação Latino-Americana de Livre Comércio foi uma tentativa de integração comercial da América Latina na década de 1960. Os membros eram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, e Uruguai. Pretendiam criar uma área de livre comércio na América Latina. Em 1970, a ALALC se expandiu com a adesão de novos membros: Bolívia, Colômbia, Equador, e Venezuela. Em 1980, se tornou ALADI. Permaneceu com essa composição até 1999, quando Cuba passou a ser membro. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglas/alalc.html Acessado em: 13-11-14.

[14] A SELA é um fórum regional intergovernamental sediado em Caracas, na Venezuela, é integrado por 26 países da América Latina e Caribe, criado em 1975 por meio do Convênio Constitutivo do Panamá. O objetivo é promover um sistema de consulta e coordenação de posições e estratégias dos países latinos americanos e caribenhos sobre questões econômicas em fóruns e organismo internacionais ou em negociações com grupo de nações ou algum Estado, como por exemplo, os EUA. Disponível em: http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26201 Acessado em: 11-11-14.

[15] A ALADI é o maior grupo latino-americano de integração. É formado por treze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 510 milhões de habitantes (Ver indicadores socioeconômicos). O Tratado de Montevidéu 1980 (TM80), âmbito jurídico global, constitutivo e regulador da ALADI, assinado em 12 de agosto de 1980, estabelece os seguintes princípios gerais: pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais. Disponível em: http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSITIOWEBp/quienes_somosp Acessado em: 11-11-14.

[16] O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), celebrado em Brasília, Brasil, em 3 de julho de 1978, pelos oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), é um instrumento jurídico de natureza técnica que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia amazônica, de maneira a permitir a elevação do nível de vida dos povos daqueles países, a plena integração da região amazônica às suas respectivas economias nacionais, a troca de experiências quanto ao desenvolvimento regional e o crescimento econômico com preservação do meio-ambiente. Para tanto, o tratado prevê a cooperação entre os membros para a promoção da pesquisa científica e tecnológica, a utilização racional dos recursos naturais, a criação de uma infraestrutura de transportes e comunicações, o fomento do comércio entre populações limítrofes e a preservação de bens culturais. Em 1995, os Ministros do Exterior dos países-membros, reunidos em Lima, Peru, acordaram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de modo a fortalecer institucionalmente o TCA e dar-lhe personalidade internacional. A emenda ao tratado foi aprovada em Caracas, Venezuela, em 1998, permitindo o estabelecimento da Secretaria Permanente da OTCA em Brasília. Disponível em: http://otca.info/portal/tratado-coop-amazonica.php?p=otca. Acessado em: 11-11-14

gerou sérios problemas econômicos e sociais, causando um movimento de contestação social e política que resultou na mudança de governos em vários países da América do Sul (SOUZA, 2012). O fracasso estadunidense de criar Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) abriu o caminho para uma nova forma de integração. Esse trabalho procurará discutir a partir de quando se desenvolve o regionalismo fechado, aberto, o pós-liberal até chegarmos à ascensão das novas esquerdas e da ampliação das iniciativas de integração.

Uma vez colocados os processos que vão se desenvolvendo na América Latina é essencial entender como o regionalismo sul-americano se desenvolve no começo do século XXI. Tendo em conta os conceitos e contribuições teóricas acerca do termo região e regionalismo que foram expostos acima olharemos agora especificamente para o contexto sul-americano no início do século e como os modelos de regionalismo existentes possibilitaram uma transformação na estratégia regional da Guiana e Suriname.

2.4- DO REGIONALISMO ABERTO AO REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL

As duas principais ondas de regionalismo seria o regionalismo “fechado” e o “aberto”, o primeiro tem inicio no pós-guerra e prosseguiu ate a inícios da década 80 e o ultimo no final da mesma década. A primeira foi ditada pelos EUA e também por ideologias cepalinas por meios de políticas feitas para países menos desenvolvidos. O regionalismo fechado deu origem a organizações e acordos como o tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo. Este pode ser considerado um modelo contrário ao imposto pelo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), ou seja, integração baseada no liberalismo que não danificasse o sistema multilateral (HERZ e HOFFMANN, 2004).

O principal argumento colocado pelos teóricos do regionalismo fechado é de que os mais atrasados não poderia concorrer de forma igualitária com os países mais desenvolvimento, assim se devia busca integração voltada mais entre os países da América Latina. O desenvolvimento econômico torna-se assim o principal interesse dos Estados. Essa perspectiva sustenta a prevenção dos valores internos como forma de enfrentar os desafios oriundos da globalização. A intenção é superar a competição externa através da proteção das economias locais e até mesmo as identidades dos membros lançando mão de institucionalização das relações. (MITTELMAN, 1996).

O conceito de regionalismo “aberto” foi elaborado pela CEPAL durante a década de 90 a fim de pensar a inserção da América Latina no processo de globalização da economia mundial. Durante o crescimento da economia internacional nas décadas de 50 que tinha

Bretton Woods como marco regulatório, a CEPAL formulou o esquema de "centro-periferia" para situar a América Latina naquele contexto. Durante a crise dos anos 70, analisou a inserção latina americana na economia internacional a partir da teoria da dependência. Nos anos 80 ressurgiu o processo de integração regional como forma de promover o desenvolvimento e projeção internacional. (CORAZZA, 2006).

A CEPAL (1994) define o regionalismo "aberto" como:

> (…) proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente.

Ele tenta conciliar a crescente interdependência regional resultante de acordos preferenciais e a tendência do mercado de promover a liberalização comercial. Há uma busca de conciliar políticas de integração com políticas de competitividade internacional, combinar liberalização comercial entre os parceiros de bloco com políticas liberalizantes com terceiros (CORAZZA, 2006). Em um contexto de regionalismo aberto os acordos de integração podem servir como mecanismo das políticas econômicas mundiais no marco do Neoliberalismo. Para Corazza (2006, p. 146) o regionalismo "aberto" inspira-se em alguns pontos da visão estruturalista da CEPAL dos anos 50 e nas teorias do novo regionalismo cuja matriz é neoclássica.

A integração regional é vista como uma etapa do processo de liberalização, pois é mais viável do que a "plena" liberdade comercial. A superação do atraso industrial em decorrência do modelo de substituição de importações, a diversificação da estrutura produtiva e diminuição da vulnerabilidade externa se daria através do mercado comum latino americano. A integração regional não seria mais um objetivo a ser alcançado e sim um instrumento para construir uma futura economia internacional livre de protecionismo e barreiras para a troca de bens e serviços. Na pratica o Regionalismo "aberto" promoveu a abertura, a liberalização, a privatização, as reformas estruturais de cunho liberalizantes e as políticas macroeconômicas do CONSENSO DE WASHINGTON (CORAZZA, 2006). A CEPAL adotou um discurso liberal tingido de teses estruturalistas no qual o Estado perde seu papel estratégico de provedor do desenvolvimento, ficando para ele um papel coadjuvante.

O regionalismo dos anos 90 se distingue de seus precedentes por estar vinculado a um contexto político de revisão dos projetos nacionais de desenvolvimento apoiados na industrialização protecionista. Na área política comercial houve aberturas unilaterais e

iniciativas diversas de negociações comerciais tanto em âmbito bilateral quanto sub-regional. O regionalismo "aberto" ambicionava eliminar barreiras tarifarias em âmbito preferencial. Na América do Sul era ainda mais ambicioso, pois objetivava a formação de uniões aduaneiras e mercados comuns (VEIGA e RIOS, 2007).

Na América Latina até 2007 existiam onzes acordos de livre comercio, nos quais existem 45 relações bilaterais e 90 cronogramas de liberalização tarifaria (VEIGA e RIOS, 2007). Atualmente só o MERCOSUL possui mais de 20 acordos de livre comércio. Tais acordos foram negociados na década de 90, MERCOSUL e comunidade Andina de Nações (CAN[17]) são expressões de acordos feitos durante o regionalismo "aberto". Essa segunda onda desenvolvimento pelo declínio das taxas de crescimento, tanto econômico como político dos EUA que na época caminhava para hegemonia global e praticava de modo mais firme o liberalismo. O regionalismo "aberto" significou a ruptura na linha de pensamento histórica da Cepal quanto ao lugar da América Latina no meio internacional e o papel do Estado. Foi época das privatizações e o abandono dos projetos nacionais de industrialização. As relações comerciais eram as únicas que importavam, nessa época, os países latinos americanos aumentam consideravelmente suas dividas externas.

No final dos anos 90 houve um esgotamento das políticas neoliberais e há uma ascensão de governos contrários ao neoliberalismo especialmente na Venezuela, Bolívia e Equador. Essa terceira onda ocorre segundo Veiga e Rios (2007, p. 15-16) em decorrência das mudanças no ambiente internacional, bem como consequência das crises econômicas que provocaram desvalorização cambial, como no Brasil em 98 e na Argentina nos anos 2001. Mas isso não significou uma total ruptura com as políticas anteriormente praticadas. No Brasil e no Uruguai ascenderam nos anos 2000 governos pós-liberais que introduziram reformas de cunho social a dar inicio a políticas de caráter sociais (GARGIULO, 2014).

Esses fatores levaram a uma contestação do papel estatal na economia e do cenário que se solidificava as bases da liberalização dos fluxos de comercio entre os Estados da região e com o resto do mundo. Um dos fatores das mudanças no cenário internacional se deveu

[17] A Comunidade Andina (CAN, sigla em espanhol) é um bloco econômico sul-americano formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Chile deixou o bloco em 1977 e a Venezuela em 2006. O bloco foi chamado Pacto Andino até 1996 e surgiu em 1969 com o Acordo de Cartagena. A cidade-sede da secretaria é Lima, no Peru. A comunidade andina possui 120 milhões de habitantes, em uma área de 4,700,000 quilômetros quadrados, com um produto interno bruto nominal de 280 bilhões de dólares. Em 8 de Dezembro de 2004, os países membros da Comunidade Andina assinaram a Declaração de Cuzco, que lançou as bases da União de Nações Sul-Americanas, entidade que unirá a Comunidade Andina ao MERCOSUL, em uma zona de livre comércio continental. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=189&tipo=QU&title=somos-comunidad-andina. Acessado em: 18-11-14.

especialmente por causa do declínio hegemônico dos EUA, que era uma das bases do domínio ideológico do neoliberalismo. Autores como Bresser (2009) apontam alguns fatores para o esgotamento do Neoliberalismo, como o desastre político da Guerra do Iraque, a crise financeira imobiliária dos anos 2007-2008, bem como a mudança do eixo econômico mundial dos EUA para a China. O regionalismo pós-liberal combina em um mesmo contexto esquemas heterogêneos de integração com políticas liberais e desenvolvimentistas dos anteriores regionalismos. Buscam ampliar a agenda não econômica e intensificar os acordos regionais de cooperação para enfrentar a crise internacional. Também constitui uma alternativa para integrar países com distintas estratégias de desenvolvimento, a fim de aumentar a influencia e importância da América Latina no meio global (VEIGA e RIOS, 2007).

A iniciativa que melhor expressa às novas tendências do regionalismo pós-liberal é a Comunidade Sul Americana de Nações (CSAN), que possui agendas temáticas diversas, ou seja, não é voltada só para a área econômica. Durante a I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, no mês de agosto do ano 2000, os líderes presentes na reunião acordaram em desenvolver ações conjuntas para que haja um avanço nos processos de integração política, social e econômica da América do Sul, incluindo, a modernização da infraestrutura regional e outras ações de caráter mais específico para promover a integração e o desenvolvimento de regiões mais afastadas e isoladas (IIRSA, 2009).

O resultado de tal encontro foi o Comunicado de Brasília, documento em que foram registradas as conclusões que os líderes da região chegaram, tendo um capítulo especialmente voltado para iniciativa de integração que se iniciava, (dentre outros capítulos versando sobre a democracia, o comércio, drogas ilícitas e delitos conexos e por fim, sobre informação, conhecimento e tecnologia). Já no primeiro parágrafo de tal comunicado, é expresso claramente que esta integração física deverá levar os países da América do sul a um espaço privilegiado de cooperação, como se pode verificar. Essa é a primeira reunião que a Guiana e o Suriname participam como países membros da América do Sul.

No ano de 2004, foi realizada a III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada na cidade de Cuzco e que deu origem à Declaração de Cuzco, que por sua vez deu origem a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA). A CASA teve suas raízes em propostas como a ALCA/ALADI e nas três primeiras reuniões de presidentes da América do Sul, mas também em propostas criadas nos anos 1990, como por exemplo, a Área de Livre Comércio das Américas – ALCSA (COUTO, 2009). Os Chefes de Estado e de Governo reuniram-se em outra ocasião, após a criação da CASA, em 2006, na cidade de Cochabamba,

na Bolívia. Segundo Couto (2009, p. 58), o objetivo era reforçar a institucionalidade da CASA, aprofundar as questões políticas, a instituição de um sistema financeiro regional, a integração produtiva, questões de desenvolvimento social e uma integração da infraestrutura regional.

Durante a Primeira Reunião Energética da América do Sul, em 2007, realizada na Venezuela, a CASA teve sua nomenclatura modificada para União das Nações Sul Americanas (UNASUL) e Quito, no Equador, tornou-se a sede da Secretaria Permanente da Instituição. O nome foi trocado por causa das críticas do Presidente Hugo Chávez sobre os rumos da integração regional ao qual ele chamou de "lentidão da integração" (BBC/Brasil, 2008).

Os princípios que orienta a integração sul Americana, busca por, em sua essência, uma igualdade entre os povos da região em todos os aspectos possíveis, sendo esta igualdade administrada pelos Estados. Isso por sua vez é característica do pós-liberalismo. Os princípios são: Solidariedade e Cooperação na busca de uma maior equidade, redução da pobreza, diminuição das assimetrias e fortalecimento do multilateralismo, soberania, respeito à integridade territorial e autodeterminação dos povos, Paz, Democracia e Pluralismo, respeito aos Direitos Humanos. E ao Desenvolvimento Sustentável (COUTO, 2009).

Existem no mínimo cinco desafios importantes em relação à integração latino-americana, o primeiro dele seria a abrangência territorial. Há vários projetos de integração sub-regionais em andamento, como, por exemplo, a UNASUL e a Aliança Bolivariana das América (ALBA[18]). O segundo seria diminuir a ênfase da visão comercial da integração, tais como o do MERCOSUL e CAN, que privilegiam a competição em vez da cooperação. O terceiro estaria ligado à dependência externa das economias da região. A integração nesse sentido seria um importante meio para se alcançar a independência econômica. O quarto seria o papel que o Brasil desempenharia no processo de integração (SOUZA, 2012).

E por fim a questão cultural existe inúmeras identidades culturais entre os povos da região e diversos idiomas, e desafiante conjugar todas essas culturas sem subjugar alguma. Esta ultima é de grande importância para o presente trabalho em vista que os dois países que

[18] Aliança Bolivariana para as Américas é uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe. Fortemente influenciada por doutrinas de esquerda, representa uma tentativa de integração econômica regional que não se baseia essencialmente na liberalização comercial, mas em uma visão de bem-estar social, troca e de mútuo auxílio econômico. Os países membros da ALBA discutem a introdução de uma nova moeda regional, o SUCRE. Atualmente a ALBA é composta por oito países, sendo que quatro deles possuem governos de cunho socialista. Além de Venezuela, Cuba, Bolívia; aderiram ao bloco: Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. Disponível em: Wikipédia. Acessado em 18-11-14.

serão analisados no próximo capítulo, tem culturas e identidades caribenhas, mas que atualmente estão participando ativamente nos processos de integração regional Sul Americana, sendo o objeto de estudo como são trabalhadas suas identidades e seus interesses.

3- TEORIAS DE INTEGRAÇÃO

Na tentativa de explicar a criação e desenvolvimento da comunidade europeia foram criadas as primeiras teorias que tentariam analisar o processo de regionalismo. O domínio da produção de análise do fenômeno esteve sob o domínio das teorias liberais; que buscavam entender e explicar as mudanças das relações entre os Estados tanto quanto a avanços e retrocessos na área de integração regional principalmente no setor econômico (HURREL, 1995). A produção teórica do regionalismo foi dominada pela visão eurocêntrica.

No atual mundo contemporâneo talvez não exista alguma região que seja autossuficiente e ou imune às pressões externas. As teorias sistêmicas destacam a importância de estruturas políticas e econômicas mais amplas, nas quais o regionalismo esteja incorporado para lidar com as pressões de fora.

Para Hurrell (1995, pág. 31) há dois conjuntos de teorias sistêmicas ou estruturalismo; a teoria neorrealista que destaca a relevância do sistema anárquico internacional e da competição política pelo poder e as teorias da interdependência estrutural e da globalização, que enfatizam o caráter mutável do sistema internacional e o impacto das mudanças tecnológicas e econômicas. Para a primeira, a política do regionalismo tem tudo a ver com a formação de alianças e para entendê-lo é necessário analisar o lugar que a região ocupa no sistema internacional. Os objetivos econômicos da integração regional seriam derivados da preocupação dos países com possíveis lucros e perdas e não com o estado de bem-estar.

Para o estruturalismo o regionalismo econômico é uma estratégia no jogo neomercantilista, um instrumento de barganha que determinaria a ordem da economia internacional. Outro ponto de vista dessa teoria seria que o regionalismo constituiria uma resposta dos países fracos em um mundo dominado pelos fortes. Estes fracos países teriam medo de uma marginalização e vulnerabilidade. O fenômeno também pode emergir como uma tentativa de restringir o livre exercício de poder hegemônico pela criação de instituições regionais. O Neorrealismo mostra pouco interesse na regionalização ou integração econômica regional, pois todo o processo seria dominado e controlado pelas estruturas do sistema político internacional e pelas políticas dos países (HURRELL, 1995).

Se tratando de teoria de integração, Burgess (2000) destaca que o federalismo é o mais antigo. O modelo exitoso dos pais fundadores estadunidenses viria a ser exemplo para outros lugares do globo. Alguns europeus como Jean Monet e Robert Schumann adotaram essa ideia. Na concepção federalista há duas formas de avançar rumo à integração; através de negociações constitucionais intergovernamentais ou por meio de uma assembleia constituinte.

Os dois caminhos levam a um Estado federal e ambos estão dirigidos para cima (MALAMUD, 2012).

Já a teoria de integração Funcionalista, foi concebida após a Segunda Guerra Mundial como alternativa a política de proteção da paz mundial. Foi uma teoria que trazia a ideia de um sistema tecnocrático, flexivo e pragmático para a superação dos problemas trazidos pelo nacionalismo exagerado e das unidades políticas. Segundo Mitrany (1943, apud MALAMUD, 2012, p. 12) o foco do funcionalismo seria cobrir as divisões existentes na política através de várias atividades e pelas agências internacionais, estas deveriam integrar de forma gradual a vida e os interesses das nações.

Autores afirmam que o funcionalismo falhou ao apresentar uma teoria da política, pois quando os técnicos expertos não conseguiram lidar com os problemas econômicos, a teoria não soube explicar o "porque" de certas decisões. Para tentar sanar as deficiências do funcionalismo em explicar o desenvolvimento da comunidade europeia, um grupo de especialistas guiados por Ernest Haas desenvolveu a teoria Neofuncionalista.

O Neofuncionalismo foi uma teoria fundamental na explicação da integração europeia. Para Haas (1964) a integração significava um processo de transferências das expectativas excludentes de benefícios do Estado Nação para uma entidade maior. Os neofuncionalistas argumentavam que os níveis em elevação de interdependências estabeleceriam o ritmo de um processo de cooperação que poderia levar a uma integração política.

Partindo de uma perspectiva Neofuncionalista a integração pode se desenvolver de forma negativa ou positiva, de forma negativa ao quebrar as restrições aos intercâmbios nas fronteiras e a distorção da competitividade, enquanto que a positiva seria através de políticas comuns que moldem as condições do Mercado. A integração negativa pode ser alcançada por procedimentos intergovernamentais, já a positiva precisa de organizações e normas supranacionais (MALAMUD, 2012). Assim a passagem de intergovernamental para supranacional é vista como progressiva sem ser, entretanto, inevitável ou irreversível.

Dentre os vários motivos para uma integração os teóricos neofuncionalistas destacam o desejo de promover a segurança da região através de uma defesa conjunta contra uma ameaça comum. Outro motivo seria a possibilidade de desenvolvimento e maximização do bem-estar. Uma nação mais forte poderia interessar-se em controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, e por fim a vontade de formar uma unidade ampla composta pelas comunidades nacionais (MARIANO e MARIANO, 2002).

De acordo com essa teoria os processos de integração seriam impulsionados a partir de um núcleo central ou funcional de elites políticas e econômicas que pressionariam os

governos nacionais. A partir da iniciativa burocrática estatal o processo se "derramaria" (*spill-over*[19]) para a sociedade criando demandas, reações e respostas. A integração parcial representava um abrigo estável que à medida que ia crescendo a interdependência em uma área forçaria os governos a expandir para outras. A ideia contida no conceito de "*spill-over*" seria a de que a integração ao se aprofundar, mobilizaria grupos de interesses contra ou a favor do processo (HURRELL, 1995). Foi nessa suposição que os teóricos neofuncionalistas centraram suas análises sobre integração na Europa.

Acreditavam que o interesse gerado nos vários setores econômicos promoveria inevitavelmente o "*spill-over*", criando assim instituições que consolidariam a integração e garantiria que o processo se tornasse irreversível. A integração econômica para a teoria Neofuncionalista requereria algo mais do que apena a remoção de barreiras comerciais, necessitava uma ampliação das agendas de negociações que abordassem temas até então desconsiderados ou considerados não pertinentes, o que implicaria que os centros decisórios da integração teria uma maior soberania.

Quando falamos de institucionalidade, tradicionalmente todo processo de integração possuiria duas tendências institucionais: a supranacionalidade e a intergovernamental. A primeira viria como consequência do aprofundamento da integração e do "*spill-over*"; sua existência representaria a consolidação do processo e sua irreversibilidade, além de representar a participação da sociedade e a perda do controle das negociações por parte dos governos. Já a segunda se daria pela presença de instrumentos decisórios onde não existiriam instituições comuns que possuíssem mais soberania que os Estados Nacionais (MARIANO e MARIANO, 2002). Haveria nesse caso uma ampliação da burocracia administrativa que deveria buscar os interesses em comum.

A integração europeia não apresentou a linearidade esperada, durante sua historia houve momentos de retrocessos acompanhados de negociações fundamentadas em barganhas intergovernamentais. O "*spill-over*" não correspondeu às expectativas, pois não foi uma constante no processo. A integração gerou uma instituição com uma estrutura institucional incapaz de impulsionar uma dinâmica própria e imprimir um ritmo de integração. As principais críticas a essa teoria seria quanto a sua ênfase na questão do "*spill-over*" na integração, e quanto ao seu determinismo em relação aos processos de integração, vistos

19 O termo *spill-over* não possui uma tradução teórica especifica; por isso será sempre usado em inglês; seu significado está ligado à ideia de "derramamento", de algo que começa em um determinado ponto e transborda.

como lineares; progressivos e etapistas. E por fim, sua relevância para o regionalismo contemporâneo de outras partes do mundo não é tão claro; por ter mais a dizer sobre o papel das instituições do que sobre o porquê do nascimento de esquemas regionalistas (HURRELL, 1995).

Para Malamud (2012), as expectativas de declínio do papel do Estado em relação às instituições centrais estão em desencontro com o caráter fortemente estatal encontrado nos mecanismos regionalistas fora da Europa. Entretanto o mesmo autor destaca que com o avanço da cooperação regional, aprofundamento e consolidação das instituições, as teorias neofuncionalistas se tornaram bem relevantes. Atualmente sob o rótulo de integração regional se estuda dois fenômenos; a integração propriamente dita enquanto processo de formação de novas comunidades políticas, e a governança regional que seria os mecanismos regulatórios dessas novas comunidades.

As teorias contemporâneas que buscam explicar esses fenômenos são o Liberal intergovernamentalismo e a Governança Multiníveis. No intergovernamentalismo liberal[20] os Estados escolhem criar mecanismos de integração para responder conjuntamente a desafios externos, a fim de aumentar o poder e o controle desses Estados frente a essas condicionantes externas. A integração é ofertada, e não demandada.

A integração seria para ela uma forma de cooperação ou de coordenação política para ajustar o comportamento dos atores as suas preferências (MARIANO e MARIANO, 2002). Haveria, portanto um fortalecimento do poder estatal que teria a opção de se retirar se quisesse da associação. Este enfoque considera a interdependência como condição necessária da integração.

À medida que há um aumento da liberalização comercial principalmente industrial, haveria também demanda maior pela integração. Nesse contexto as instituições seriam mecanismos que facilitariam a implementação de acordos. No intergovernamentalismo Liberal, a integração não implica necessariamente no supranacionalismo e sim no intergovernamentalismo por que os Estados não estão dispostos a ceder soberania. A integração regional é diferente da cooperação multilateral por causar mudanças significativas nos Estados envolvidos, essa teoria, entretanto não tem esse mesmo entendimento, sendo assim uma teoria parcial útil para entender as principais barganhas na integração, mas não o processo em si.

[20] O adjetivo “liberal” se refere ao que seriam os interesses econômicos dos atores sociais domésticos, e não aos interesses político estratégicos, os quais alimentam as demandas da integração.

O intergovernamentalismo está embasado em três elementos essenciais; o comportamento racional do Estado, o qual significa que os custos e benefícios da interdependência econômica são os primeiros elementos nas preferências nacionais e são resultados de diferentes coalizões internas em conflito pelo poder nacional. O outro seria a formação da preferência nacional, o qual identifica os benefícios potenciais da coordenação política entre os países, sendo tais interações uma resposta às pressões internas. E por fim, a negociação interestatal, define as possíveis respostas do sistema político criado pela integração às pressões desses governos, no decorrer de tais negociações as diferenças são amenizadas pela estratégia de maximização dos pontos em comum (MARIANO e MARIANO, 2002).

O institucionalismo neoliberal segundo Hurrell (1995, p. 42) seria a abordagem teórica mais influente no estudo de cooperação internacional recente e para o entendimento do ressurgimento do regionalismo. Esta abordagem pressupõe que o aumento da interdependência gera demanda de cooperação. As instituições são vistas como soluções criadas para resolver diferentes tipos de problemas que as nações tenham em comum. As normas, regras e instituições são criadas por que elas ajudam os países a lidar com problemas comuns e para ampliar o Estado de Bem-Estar. O institucionalismo liberal é fortemente estatista, no qual os Estados são tidos como atores egoístas que podem ser levados a cooperar. Para este enfoque a gestão bem sucedida dos problemas comuns fortaleceria o papel do Estado (MARIANO e MARIANO, 2002).

A governança supranacional concebe a integração como um processo que uma vez iniciado possui um dinamismo próprio. O foco desta teoria está na importância dos atores supranacionais criados pela associação regional que com o tempo se tornam impulsores do processo ao criar mecanismo que se retroalimentam.

As instituições são importantes nesse caso pelos benefícios que geram e pelo impacto nos cálculos dos atores. Algumas ações delas são a promoção da transparência e do controle, do suprimento de informações, redução dos custos de transações, desenvolvimento de expectativas e facilitação de forma produtiva dos usos de estratégias (HURRELL, 1995). Essa abordagem enfatiza a quantidade de jogadores, o nível em que estão envolvidos os países no processo de cooperação e a eficácia dos mecanismos para inibir fraudes.

Ela se concentra na maneira pela qual a interação estratégica conduz de forma urgente à cooperação em certas áreas das relações internacionais. A principal dificuldade dessa abordagem seria que a vasta regionalização e cooperação regional tem reduzido o caráter de ator unitário do Estado, levando eles a formarem alianças burocráticas entre governos e

negociações em diversos níveis e entre parceiros vários. Além disso, há o surgimento de novas formas de identidades que são acima ou abaixo do Estado.

A integração é um processo pelo qual Estados formam uma organização coletiva. Já uma convergência entre estados membros é um processo pelo qual as estruturas e procedimentos domésticos de um grupo de países tendem a homogeneizar-se. Esta ultima pode se produzir de maneira intencional através de políticas de harmonização legal e regulamentaria ou de maneira espontânea através da adaptação unilateral (HURRELL, 1995).

A integração regional é para Malamud (2012, p.17) um mecanismo que permite que algumas decisões sejam no nível dos Estados nacionais, onde as preferências são mais homogêneas enquanto que as transações econômicas e a defesa sejam delegadas ao nível regional. Segundo esse autor em contra corrente a experiência europeia, na América Latina e Ásia de integração é marcado pela ausência ou pouco interesses transnacionais e dos atores domésticos dos países.

Foram os Estados nacionais que decidiram o tempo e as estratégias da regionalização. Para analisar nosso objeto torna-se interessante as discussões dentro das teorias de integração que tratam do caráter ideacional e identitário dos mecanismos e processos de integração regional. Dessa forma na próxima seção buscaremos trabalhar com essas ferramentas analíticas, através da apresentação da contribuição construtivista para se entender identidade e interesse, e como esses se transformam nas políticas externas dos países e refletem nas suas estratégias de integração regional.

3.1- A TEORIA CONSTRUTIVISTA NO ESTUDO DO REGIONALISMO.

O construtivismo aplicado para se entender à integração regional foca-se na foca na formação de uma consciência e uma identidade regional, com base no pertencimento a determinadas comunidades regionais, o que se convencionou chamar de regionalismo "cognitivo" (HURRELL, 1995). Essa vertente teórica se concentra na construção da subjetividade e em minimizar seus problemas de imagens. Seus teóricos compartilham uma concepção cognitiva e intersubjetiva do processo, no qual as identidades e os interesses são endógenos a interação, e não externo como acreditam as concepções racionalistas comportamentais, ou seja, que as formações das identidades e dos interesses são criadas e estruturadas a partir das demandas internas dos Estados e suas sociedades, em vez de ser uma resposta das interações com o meio internacional. Essa concepção é essencial para entender o modo como a Guiana e o Suriname construíram suas identidades caribenhas e mais recentemente sul-americanas e o papel da integração regional em suas políticas externas.

Emanuel Adler (1999, pág. 205) define o construtivismo como uma "perspectiva segundo a qual modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material" Para essa teoria até mesmo nossas instituições mais duradoras estão baseadas em entendimentos coletivos, estruturas reificadas e consideradas pela consciência humana, tais entendimentos foram difundidos e consolidados até se tornarem inevitáveis. A capacidade de refletir e entender são relevantes no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram o mundo que eles vivem, conhecem e compreendem, ou seja, entendimentos coletivos dar as pessoas razões pelas quais as coisas são de tal modo e indicações de como elas devem usar seus materiais e poderes (ADLER, 1999).

Para essa teoria a coesão regional dependeria do sentindo de comunidade que se basearia em uma mutua responsabilidade, confiança e níveis altos do que Hurrell (1995, p. 45) chamou de "interdependência cognitiva". Ao estudar o regionalismo, a corrente possui duas vertentes, uma baseada nos trabalhos de integração de comunidade de segurança de Deutsch na qual há uma noção de evolução da comunidade, as relações estatais dentro das sociedades são entendida no sentido de comunidades que implica simpatia mutua, lealdades e uma identidade em comum, que por sua vez são construídas por normas, princípios e entendimentos compartilhados e mantidos coletivamente (HURRELL, 1995). O processo pelo qual tais comunidades surgem é de alguma forma compatível com valores como capitalismo, democracia liberal e com processos de comunicação social baseados no alto nível de trocas de duas ou mais sociedade, daí o nome de transnacionalismo.

A outra vertente coloca que é preciso uma maior atenção aos processos pelos quais os interesses e as identidades são criados e evolui, a forma como as autoimagens interagem com os incentivos materiais e também as linguagens e os discursos que esses entendimentos exprimem (HURRELL, 1995). Eles consideram de grande importância à leitura que os atores fazem do mundo e do processo de formação do "lugar" de pertencimento. Os interesses são moldados e transformados por historias e culturais particulares, por fatores domésticos e longas interações com outros Estados. A teoria construtivista coloca que o compartilhamento de conhecimentos, aprendizados, forças das ideias e das estruturas normativas e institucionais são mais importantes do que incentivar somente em aspecto material. Compreender as estruturas subjetivas nos permite entender como os interesses e identidades se transformam ao longo do tempo e também o surgimento de novas comunidades e formas de cooperação.

> [...] construtivistas se interessam pela construção de identidades e interesses e adotam uma abordagem mais sociológica do que econômica. Com base nisto, eles argumentam que os Estados não surgiram como tais nem estrutural nem exogenamente, mas foram construídos por interações historicamente contingentes (WENDT, 1994a, Págs. 385).

Os críticos Neorrealistas e racionalistas superestimam a importância das identidades regionais e o discurso sobre regiões e construção das regiões. Os neorrealistas insistem em um frequente enfrentamento de comunidades com alto grau de integração, que compartilha valores e crenças, para eles as identidades são maleáveis e a retórica regionalista é fluida. O debate Neo-Neo considera as identidades e os interesses como algo dado exogenamente, focando somente nas ações dos agentes e no resultados desta. Para eles as instituições e os processos mudam os comportamentos e não as identidades e interesses. Portanto a formação destes não é, portanto, de interesse das relações internacionais.

Isso implica dizer que contextos políticos, sociais, históricos e econômicos não podem mudar identidades e interesses se estes são tidos como algo dado, isso faz com estas teorias não possam explicar as mudanças identitárias e de interesses que ocorrem. Entretanto as dificuldades atuais do regionalismo europeu em decorrência da erosão dos mitos em torno dos quais a comunidade europeia se nasceu e desenvolveu, demonstra a importância das identidades aliada ao desenvolvimento regional. Seja na Europa, Américas, Ásia ou África, as questões identitárias são fundamentais para as políticas de regionalismo e elas convivem com as concepções de cada país.

Um princípio básico colocado pelos construtivistas é de que as pessoas agem relativamente aos objetos, assim como outros atores, baseando-se no sentido que esses objetos têm para elas. Todo Estado tem uma concepção de si e dos outros, e baseados nessas concepções eles traçam suas expectativas. Isso significa dizer que é o significado coletivo que constitui as estruturas de nossas ações. As identidades são adquiridas pelos atores quando estes participam em tais significados coletivos. Uma identidade está sempre dentro de um mundo especifico e socialmente construído. (BERGER, 1996). Na seção a seguir discutiremos como as identidades acabam por gerar interesses de políticas externas e por definir as estratégias dessas, para tal usaremos a noção de identidade e interesse da teoria construtivista.

No entanto podemos perceber que os modelos teóricos propostos para entender a União Europeia não conseguem dar conta das dinâmicas próprias de nossa região. No próximo capítulo dialogaremos com algumas dessas contribuições e buscaremos nos ancorar nas discussões da integração a partir do compartilhamento de uma identidade regional, fator que

consideramos essencial para entender a entrada da Guiana e do Suriname nos mecanismos sul-americanos de integração.

3.2- IDENTIDADE E INTERESSE NA POLÍTICA EXTERNA: UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA.

Os indivíduos possuem inúmeras identidades ligadas a papeis institucionais como irmão, filho, advogado e cidadão, etc. do mesmo modo um Estado pode ter varias identidades, como por exemplo, "potência", "soberano" e assim por diante. Essas identidades vão orientar os interesses e as estratégias da política externa (WENDT, 2013). A noção do que seria a América do Sul para a Guiana e Suriname vão pautar os interesses e as estratégias na integração sul-americana. Para tal utilizaremos a teoria do espelho da formação da identidade da teoria construtivista que busca explicar como os processos de criação de identidades e interesses podem funcionar.

Cada identidade é uma definição social do ator, e esta definição se fundamenta nas teorias que os atores possuem de si próprios e dos outros, tais teorias constitui a estrutura do mundo social. As identidades são as bases dos interesses, os atores definem seus interesses no processo de definição das situações. Uma instituição é um conjunto de relativamente estável de identidades e interesses. Elas são entidades fundamentalmente cognitivas que não existe a parte das ideias dos atores sobre como funciona o mundo. As identidades e as cognições coletivas se constituem mutuamente. Portanto a institucionalização é um processo de internalização de novas identidades e interesses, no qual a socialização é um processo cognitivo e não somente comportamental. As instituições podem ser cooperativas ou conflituosas, e não só voltada à cooperação como colocado teorias que trabalham os regimes internacionais (WENDT, 2013).

A concepção do EU e do interesse tendem a se espelhar nas praticas de outros tantos ao longo dos anos. Esse princípio de formação de identidades é capturado pela noção simbólica-interacionista do "*looking-self glass"* [21], que afirma que o "eu" é o reflexo da socialização de um ator. A maioria das decisões é e deve ser feita com base em probabilidades, que são

[21] O *loonkig self glass* é um conceito especifico da psicologia social, retratando a forma pelo qual os outros nos veem e assim nos modelam. (Rodrigo Duque Estrada, 2013).

produzidas pela interação, pelo o que os atores fazem. As ameaças sociais são construídas, portanto elas não são naturais (WENDT, 2013).

É por meio da interação recíproca que criamos e instanciamos estruturas sociais relativamente duráveis, nos termos dos quais definimos nossas identidades e interesses. Os sistemas de seguranças de autoajuda evoluem dos ciclos de interações, nos quais cada partido age de formas em que a percepção do outro seja ameaçadora para si próprio, criando assim expectativas de que o outro não deve ser de confiança. Identidades competitivas ou egoístas são causadas por tal insegurança; se o "outro" é ameaçador, o "eu" se espelhar em tal comportamento, baseando-se na sua concepção da relação do "eu" com o outro (WENDT, 2013).

Os sistemas de interação competitivos estão inclinados aos dilemas de seguranças, nos quais os esforços de atores de aprimorarem sua segurança individualmente ameaça a segurança de outros, semeando a desconfiança e alienação. As formas de interesses e identidades que constituem tais dilemas são efeitos contínuos da interação e não exógeno a essas, portanto tais identidades são produzidas dentro e por meio de atividades situadas. Eles são constituídos pelos significados coletivos que estão sempre no processo. Se os Estados se encontram em um sistema de autoajuda, isto é porque suas praticas assim fizeram. Uma mudança de praticas mudaria os conhecimentos intersubjetivos que constituem o sistema (WENDT, 2013).

As identidades e os interesses são específicos do relacionamento, os Estados podem ser competitivos em alguns relacionamentos e solidários em outros. Em vez de ser algo dado pelo ambiente externo, o conhecimento intersubjetivo que constituem as identidades e interesses competitivos é construído pelos processos diários de formação social da vontade. É o que os Estados tem feito de si mesmo. (WENDT, 2013)

O processo de criação de intuições é de internalização de novos entendimentos de si próprio e do outro, de adquirir novas funções de identidades, e não somente de criar restrições externas sobre o comportamento de atores exogenamente constituídos. Mesmo que não seja de forma intencional, o processo pelo qual os Estados aprendem a cooperar é através de um processo de reconstrução de seus interesses em termos de comprometimentos compartilhados com as normas sociais. É a identidade sul-americana da Guiana e do Suriname que leva esses países a entrarem em mecanismos como a UNASUL e MERCOSUL (WENDT, 2013).

Para Wendt (2013) o primeiro passo ou fase para a transformação da identidade é a quebra do consenso acerca de comprometimentos com a identidade. Tal quebra torna possível a

examinação crítica das velhas ideias sobre de si próprio, de outros e das estruturas de interação pelas quais as ideias têm sido sustentadas.

A segunda fase seria a da desnaturalização, de identificação das praticas que reproduzem ideias aparentemente inevitáveis a cerca de si próprio e dos outros. Entretanto para mudar a si próprio é necessário mudar as identidades e os interesses dos outros que ajudam a sustentar esse sistema de interação. A lógica desse pensamento segue a teoria do espelho da formação das identidades, na qual a identidade do outro é um reflexo das praticas do "eu", ao mudar essas praticas, o "eu" começa a mudar a concepção que o outro tem de si próprio (WENDT, 2013).

Dentro da visão construtivista a integração regional nada mais é do que uma junção de agentes com interesses, consciência e laços históricos e culturais comuns em uma mesma região para alcançar melhor seus objetivos. Ao se criar uma identidade coletiva, a identidade nacional não deixa de existir, de fato a consciência coletiva vêm por novas identidades e interesses dos agentes da região.

No capítulo seguinte a fim de entender a inserção desses países nos processos de integração regionais também será discutido como se constituíram as políticas externas desses Estados-Nações. Através de sua inserção na integração sul-americana podemos inferir como suas identidades influenciaram as agendas e os interesses de política externa e na integração latino-americana. Para cumprir os objetivos da próxima seção e tendo em conta o arcabouço teórico construtivista que expusemos, analisaremos documentos de ambos os países. Focaremos-nos mais na análise sobre a Guiana uma vez que não conseguimos reunir muitas informações sobre o Suriname devido à dificuldade e escassez de documentos disponíveis para a consulta pública.

4- IDENTIDADE E POLÍTICA EXTERNA: A CONSTRUÇÃO DAS AGENDAS E ESTRATÉGIAS DA GUIANA E SURINAME NA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

Como já explanado na seção dos antecedentes históricos da formação política, econômica e social da Guiana e do Suriname, suas independências se deram em um ambiente de Guerra Fria, em um momento que começaram a surgir os movimentos dos países não alinhados e da ascensão do terceiro mundismo. Tais movimentos vieram a influenciar a política externa e diplomacia de ambos, agora como Estados independentes.

Tais antecedentes vão contribuir para a composição das agendas e departamentos dos ministérios de relações exteriores de ambos os países até a atualidade. Pois eles são resultados da história da política externa dos países, no qual a identidades multiculturais pautaram os interesses de suas politicas externas ao longo dos anos assim como também vão direcionar as estratégias e interesses para mecanismo de integração regional da América do Sul assim como direcionou fortemente para o Caribe e Europa. Abordaremos tais questões nas seções a seguir.

4.1- OS MINISTÉRIOS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA GUIANA E DO SURINAME.

A fim de entender como a identidade do país influencia as diretrizes e estratégias da política externa, se faz necessário analisar como se organiza os ministérios das relações exteriores dos países, os seus departamentos e suas áreas de atuações. Em relação a Guiana, a atual primeira ministra é a senhora Carolyn Rodrigues Birkett, que antes de assumir como primeira ministra, era responsável pelo ministério de assuntos ameríndios. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF GUYANA).

O ministério se organiza em quatro departamentos principais como o departamento de relações multilaterais e políticas Globais que coordena as relações bilaterais e multilaterais. Bilaterais com mecanismo de integração regional da África como: A Comunidade Econômica dos Estados Oeste Africano (CEDEAO) [22], União Africana UA[23], Comunidade de

[22] A Comunidade Econômica dos Estados Oeste Africano (ECOWAS / CEDEAO) foi fundada em 1975 e é constituída por quinze países. A sua missão é promover a integração económica em todos os domínios da atividade econômica, nomeadamente na indústria, transportes, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, questões monetárias e financeiras, assuntos sociais e culturais. Países da CEDEAO: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Disponível em: http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolítica/BPR/cdeao Acessado em: 11-11-14.

[23] A União Africana, ou UA, é uma organização Pan-Africana, cujo objetivo é impulsionar um continente unido em prol da paz e da prosperidade. A UA apoia a integração política e econômica entre seus 54 países membros. Destina-se a fomentar o desenvolvimento, erradicar a pobreza e trazer África para a economia global. A UA sucedeu a Organização da Unidade Africana (OUA), em 2002. Em seus últimos anos de OUA - que se originou

Desenvolvimento Africano Austral (SADC) [24]; e com a União Europeia (EU) -em especial com a fundação da EU com a América Latina e Caribe- (UE/LAC foudation). Na relação multilateral coordena as relações com as Nações Unidas, com o Movimento dos Não Alinhados, com a Organização da Cooperação Islâmica[25] (OIC) e com o Grupo de Estados da África, Caribe e pacifico (ACP[26]) e com a Commonwealth. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF GUYANA).

Há um departamento das Américas que é responsável por coordenar as relações bilaterais com países das regiões do pacifico, Ásia, Caribe, América do Norte, América Central e América do Sul (excerto Venezuela e Suriname). Também esta responsável por articular as relações dos seguintes mecanismos de integração: OEA, CARICOM, associação dos Estados Caribenhos (ACS); MERCOSUL, IIRSA, grupo do Rio, e UNASUL. Cada um desses mecanismos tem um diplomata responsável, no caso da UNASUL, é a senhora Hearth Seelochan, que nos concedeu entrevista. Além disso, esse departamento das coordena as relações com os países árabes e africanos. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF GUYANA).

Também há o departamento de assuntos Fronteiriço que coordena as relações com a Venezuela e com o Suriname em relação a assuntos de integridade territorial, já que a Guiana possui conflitos históricos com esses dois países. Apesar de ser uma das maiores fronteiras do Brasil, esse departamento não coordena as relações entre os dois países. Esse departamento

---

nas lutas de descolonização do início dos anos 1960 - tinha sido criticado por se tornar um mero fórum de discussões. Concebido pelo então líder líbio Muammar Gaddafi como "Estados Unidos da África", a sua estrutura é vagamente inspirado no que é a da União Europeia. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/country_profiles/3870303.stm Acessado em: 11-11-14.

[24] A Comunidade de Desenvolvimento Africano Austral (SADC) é uma Comunidade Económica Regional compreendendo 15 Estados-Membros; Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malaui, Maurícias, Moçambique , Namíbia , Ilhas Seychelles , África do Sul , Suazilândia , Tanzânia , Zâmbia e Zimbabwe . Fundada em 1992, a SADC está comprometida com a integração regional e erradicação da pobreza na África Austral através do desenvolvimento económico e assegurar a paz e a segurança. Disponível em: http://www.sadc.int/about-sadc/ Acessado em: 11-11-14.

[25] A Organização de Cooperação Islâmica (OIC) (anteriormente a Organização da Conferência Islâmica) é a segunda maior organização intergovernamental após as Nações Unidas, com 57 Estados membros espalhados por quatro continentes. A organização é a voz do mundo muçulmano que garante a preservação e proteção dos interesses, no espírito de promoção da paz e da harmonia internacional entre os diferentes povos do mundo. A organização foi criada por decisão da cimeira histórica que teve lugar em Rabat, Reino de Marrocos, em 12 de Rajab 1389 AH (25 de Setembro de 1969), após o incêndio da mesquita Al-Aqsa em Jerusalém ocupada. Disponível em: http://www.oic-oci.org/oicv2/page/?p_id=116&p_ref=26&lan=fr Acessado em: 11-11-14.

[26] Grupo de países Africanos, Caribenhos e do Pacífico (ACP) é uma organização criada pelo Acordo de Georgetown, em 1975. É composto por 79 Estados de África, Caribenhos e do Pacífico, com todos eles, exceto Cuba, signatários do Acordo de Cotonou, também conhecido como o "ACP-CE Acordo de Parceria" que os une à União Europeia. Há 48 países da África Subsaariana, 16 do Caribe 15 do Pacífico. Disponível em: http://www.acp.int/content/secretariat-acp Acessado em: 12-11-14.

também coordena as negociações da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar, a fim de acompanhar as delimitações das fronteiras marítimas. E por fim, o 4° departamento Legal e de Tratados que coordena questões de ordem jurídica dos tratados que a Guiana é signatária ou pretende assinar. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF GUYANA).

Quanto ao Suriname, o ministro de relações exteriores é o senhor Winston Lackin. O ministério se divide em áreas de atuação em política externa. Há um departamento de assuntos geopolíticos que é responsável por coordenar a política externa do Suriname em relação ao resto do mundo (Ásia, África, Caribe, América do Norte, América do Sul, Europa e monitoramento das relações com a Oceania) através de relações e acordos bilaterais e multilaterais. Uma ação importante desse departamento são as missões diplomáticas no exterior que preparam reuniões, coordena as correspondências internas e externas, por exemplo. Ele possui dentro desse departamento subdepartamento próprio para a Europa, uma divisão para a América que se subdivide em ações regionais (Associação de Estados do Caribe e Sistema Econômico da América Latina, AEC/ASC[27] e SELA respectivamente) e bilaterais (Argentina, Barbados, Canadá, Cuba, EUA, Haiti, México e Trinidad e Tobago). Um departamento de fronteira e relação com o vizinho: coordenam as relações com Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Venezuela. E por fim um departamento para assuntos multilaterais: coordena as ações do Suriname na OEA, ONU e MNA. (MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN).

Há um departamento de integração regional que coordena as ações do Suriname nos seguintes mecanismos de integração regional: grupo do Rio, Aliança entre a América do Sul e Países Árabes (ASPA); Aliança entre a América do Sul e os Estados Africanos (ASA); UNASUL, IIRSA; Aliança entre América Latina e Caribe (CALC), Organização de Cooperação Amazônica (OTCA) e no CARICOM. (MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN).

Também há o departamento de assuntos consulares que coordena os assuntos consulares como migração e circulação de pessoas. Esse departamento foi criado em vista da historia de grande evasão de seus habitantes e também para controlar os imigrantes ilegais,

[27] A Associação dos Estados do Caribe (AEC) ou ASC (sigla em inglês) foi formada com o intuito de promover a cooperação entre todos os países banhados pelo Mar do Caribe (Caraíbas), com 25 Estados-membros e 3 membros associados. A convenção estabelecendo a AEC foi assinada em 24 de julho de 1994 em Cartagena das Índias, Colômbia. O secretariado da organização encontra-se em *Port of Spain*, Trinidad e Tobago. É destinada à consulta, cooperação e ações combinadas; com foco no comércio, transportes, turismo e inter-cooperação em caso de desastres naturais [1] . O Brasil associou-se como membro observador. Disponível em: http://www.acs-aec.org/index.php?q=about-the-acs. Acessado em: 18-11-14.

principalmente brasileiros que vão ao Suriname em busca de ouro e que hoje representa cerca de 10% da população do Suriname. (MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN).
E por fim o departamento para coordenação do desenvolvimento e do comercio internacional que serve para promover a participação do Suriname no comercio internacional. Coordena parcerias bilaterais e multilaterais no comercio internacional (MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN).

Dos 193 países existentes no mundo a Guiana tem parceria com 143. Em 2013 assinou um acordo bilateral com os EUA para a instalação de um sensor e um programa integrado de informações (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF GUYANA), o que poderia não ser muito interessante para os países sul-americanos. As principais áreas de cooperação são: agricultura, saúde, cultura, educação, finanças, política, cooperação técnica e científica, legal e de acordos internacionais. Os principais parceiros em relações bilaterais são: Barbados, Brasil, China, Colômbia, Coreia do Sul, Cuba, EUA, Reino Unido, Suriname e Venezuela. Estes países possuem muito interesse na integração principalmente para ajudar nos seus desenvolvimentos internos, mas mantendo a ponte e forte ligação com o Caribe.

A Guiana faz acordos desde 1966 nos mais variados assuntos e com uma grande diversidade de países. Os dados sobre o Suriname foram mais difíceis de trabalhar, primeiramente por que eles não responderam os e-mails e segundo por causa do idioma. Assim como a Guiana há poucas produções a respeito do Suriname. A partir dos anos 2000 os países passam a ter novas agendas e estratégias de políticas externas mais voltadas para a América do Sul em contraposição a tradicional política externa que eles exerceram desde os anos 70. Deste modo nas próximas seções discorremos sobre a tradicional em comparação com a virada de agenda nos anos 2000.

4.2- GUIANA E SURINAME: BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA DOS PAISES ATÉ INICIO DOS ANOS 2000.

Até os anos 1970 a política externa da Guiana era direcionada ao mundo anglo-saxão, especialmente para aos países do Caribe falantes da língua inglesa, desde 1965 a Guiana era parte da Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), uma associação de livre comércio dos países caribenhos que em 1973 se transformou na Comunidade do Caribe (CARICOM). Entretanto com a proclamação da Republica Cooperativa da Guiana de tendências socializantes e de nacionalização da economia teve como consequência uma mudança de cunho ideológico e o país passa a aderir ao movimento de Não Alinhamento (LIMA, 2011).

Em 1972 aconteceu à cúpula do Movimento dos Não Alinhados (MNA) na capital da Guiana, Georgetown. Com tal evento a antiga orientação pró-estadunidense se inclinam para o não alinhamento, para as causas terceiro-mundistas, cooperação com os países socialistas, cooperação econômica com URSS, com Leste europeu e com Cuba. A diplomacia guianense se guiava por cinco princípios básicos: Não Alinhamento, apoio às causas progressistas, unidade econômica do caribe anglófono, militância antiapartheid e integridade territorial frente aos litígios fronteiriços com Suriname e Venezuela. A América Latina só veio a fazer parte da agenda de política externa de Georgetown em 1978 quando a Guiana foi signatária do tratado de cooperação Amazônica e também passa a integrar SELA (LIMA, 2011).

Em 1981 uma tensão decorrente de uma antiga disputa fronteiriça entre Guiana e Venezuela retorna, quando o presidente venezuelano da época Luís Herrera Campins se recusa a renovar o Protocolo de Port-Of-Spain, que estipulava uma moratória de vinte anos para o litígio sobre a região de Essequibo (como já explanado na seção histórica do primeiro capítulo do presente trabalho), região reivindicada pela Venezuela e que constitui metade do território da Guiana (VISENTINI, 2008).

As relações com os Estados Unidos, por outro lado, eram cada vez mais complicadas, já que eles acusavam a Guiana de permitir escalas para aviões cubanos que levavam tropas para Angola em seu território. A presença de cubanos na Guiana também preocupava o governo militar brasileiro, que ofereceu ajuda econômica a Guiana em troca da expulsão dos cubanos. Foi iniciada no período a construção da rodovia Manaus-Georgetown, que só foi concluída e pavimentada anos depois (LIMA, 2011).

Nos anos 1990, com a retirada do veto[28] da Venezuela, a Guiana ingressa na OEA. Em 1992, um dos mais famosos políticos marxista da região e então presidente Jagan, surpreende ao permitir deslocamentos de tropas estadunidenses para treinamento na selva da Guiana. Segundo o presidente, as forças estadunidenses estavam ali para combater o narcotráfico e ajudar a desenvolver o interior, onde partes das riquezas permaneciam intactas. O Brasil ficou temeroso que as bases estadunidenses que estavam a ser fechadas no Panamá, migrassem para a Guiana, o que levou com que os países começassem a interagir mais (VISENTINI, 2008).

No mesmo período o Suriname passou por grandes problemas externos e internos. Em decorrência da economia precária do país, da exploração predatória de multinacionais

[28] Em 1967 a Venezuela veta a entrada da Guiana na OEA como forma de pressionar o país a ceder na questão da região do Essequibo que representa metade das terras da Guiana e é área de maiores recursos energéticos e minerais da região (LIMA, 2011).

estadunidenses, ocorre um golpe de Estado por Desiré Bouterse que faz com que a Holanda corte o auxilio financeiro para o Suriname, nesse período também é formado uma guerrilha dos *Maroons* na fronteira com a Guiana francesa, esse contexto interno faz com que a política externa do país passe a ser mais agressiva a fim de romper seu isolamento (VISENTINI, 2008).

Por não possuir vínculos com o resto da América do Sul e ser o único país falante de holandês, sua diplomacia e política externa era voltada para a Europa, que agora a boicotava. O país que já fazia parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), do Sistema Econômico Latino Americano e Caribe (SELA), da Organização dos Estados Americanos (OEA), passa a aderir ao movimento dos países Não Alinhados e se torna membro associado do CARICOM (VISENTINI, 2008).

Em 1994 foi encerrada a guerra civil com os *Maroons*, e sob a mediação do Brasil, o litígio Fronteiriço com a Guiana foi levado às instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU). Com o declínio das vantagens dos acordos de Lomé e a política de controle 100% nos aeroportos holandeses em relação aos cidadãos surinameses, houve uma percepção de que uma aproximação com a América do Sul poderia representar uma nova opção viável de desenvolvimento e autonomia para o país (VISENTINI, s.d. pág. 6).

4.2.1 - A virada nos anos 2000

Nos anos 2000 tanto a Guiana quanto o Suriname fizeram uma inflexão em direção à integração Sul-Americana, desde a Cúpula de Brasília com ambos participando da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e mais tarde compondo a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Desde então é notável o aumento de cooperação nas áreas econômicas, de segurança (militar e policial), sanitária, Cultural, educacional e técnico cientifico com países sul-americanos, principalmente com Brasil. A questão amazônica também representa um ponto de convergência de interesses que poderia levar a uma maior cooperação e aproximação. Também se nota que os principais litígios fronteiriços da região estão sendo discutidos atualmente nas instancias jurídicas regionais, como o a da UNASUL, e que embora não tenha uma previsão de suas definitivas soluções, isso gera um clima favorável para a cooperação regional e ao desenvolvimento.

Dentre os vários desafios para maior cooperação regional, os principiais são a reduzida complementariedade econômica, baixo fluxo comercial, falta de conexão de transporte (principalmente Suriname), lidar com a complexa formação étnico-cultural e linguística, e principalmente lidar com a forte presença dos EUA nas políticas de segurança, combate ao

narcotráfico e delitos transnacionais. Essa "outra" América do Sul representa uma área importante para a consolidação da integração assim como também uma região estratégica para o desenvolvimento e segurança do subcontinente.

Entender as identidades regionais nos ajuda a entender o que esses países esperam de cada bloco de integração regional. A fonte que influencia os interesses é a identidade que eles têm como sul-americanos, e isso faz com eles valorizem a integração. A Guiana e o Suriname entram em mecanismos sul-americanos de integração por que eles passam a se perceber enquanto sul-americanos por uma gama variada de fatores como o interesse econômico, melhorar suas infraestruturas, a questão amazônica e fazer a ponte entre o Caribe e a América do Sul. São as identidades que geram as estratégias de integração. Na seção a seguir discutiremos a identidade e as estratégias de integração dos países em mecanismo como UNASUL e MERCOSUL e mais adiante o discurso oficial do governo da Guiana sobre integração.

4.3- ANALISE DO DISCURSO SOBRE A IDENTIDADE E A INTEGRAÇÃO GUIANENSE.

O modo como se organizam os departamentos de relações exteriores e a formação de suas diretrizes de política externa nos mostra o tipo de identidade que tem determinado país. Na seção a seguir entrarmos na interpretação da entrevista da representante do departamento da UNASUL do ministério de relações exteriores da Guiana a fim de entender mais sobre a identidade desse país através do discurso oficial.

4.3.1- O discurso oficial: A integração para a Guiana

Em uma entrevista realizada com a diretora do departamento da UNASUL do ministério das Relações exteriores, a senhora Heather Seelochan, sobre cooperação regional e inserção da Guiana, ela destaca o que os quarenta anos de experiências do CARICOM pode trazer para a UNASUL, e para isso o papel da Guiana e Suriname como fonte de mediação é fundamental. Ela destaca que a Guiana participa de vários mecanismos de integração desde a sua independência. E justamente por participar em mecanismos de integração caribenhos, a Guiana pode contribuir para a integração sul-americana e fazer uma ligação entre essas duas regiões. O Estado guianense tem essa percepção, essa identidade de se enxergar enquanto esse país que iria realizar a ponte entre a integração caribenha e a integração sul americana.

Desde os anos 70 a Guiana tem essa percepção de que um estado pequeno deve trabalhar em conjunto com outros. A teoria construtivista pensa a política externa como uma

expressão da identidade de um país e dos interesses assim como também se aplica na integração regional. A integração seria então uma forma de construir uma identidade. Nesse quesito a Guiana não se ver como um país passivo, e sim como um país capaz de fazer a ponte entre América do Sul e o Caribe.

As principais áreas que ela espera que se desenvolva a cooperação são saúde, educação, cultura, desenvolvimento social, agricultura e gestão de desastres, áreas que o bloco CARICOM já desenvolve de alguma forma. Ela também chama a atenção para alguns mecanismos do CARICOM que poderia servir de modelo para a UNASUL como, por exemplo, Jovens embaixadores do CARICOM. Ela destaca que a colaboração entre os dois blocos é vital para identificar áreas de interesses em comum.

Ao se tornarem membros associados do MERCOSUL em 2013, ambos os países esperam aumentar a cooperação econômica com os países membros do bloco, em vista que eles não são parceiros tradicionais nem da Guiana nem do Suriname. Nesse mundo globalizado a integração regional é vital para a inserção no ambiente internacional e também para o desenvolvimento de países pequenos como a Guiana e o Suriname. Ela também é vital para superar o isolamento dentro da própria região.

Quanto à questão identitária, tanto Guiana quanto Suriname apresenta uma identidade caribenha em razão das similitudes étnico-sociais e linguísticas, entretanto para o desenvolvimento que eles almejam, ela não é suficiente. Por isso eles estão buscando explorar mais a ligação física com o continente e a preocupação comum sobre os recursos naturais da região sul-americana, no qual eles querem desenvolver um papel de “ponte” entre as duas regiões, sul americana e caribenha.

Neste quesito o TCA tem um grande papel, pois a região amazônica representa um elo físico entre Guiana e Suriname e com outros países sul americanos como a Venezuela e o Brasil, por exemplo. Além disso, a cooperação amazônica é um dos mecanismos vital da atual cooperação Sul-Sul. Se identificar como um país amazônico estabeleceu uma pauta comum entre países historicamente caribenhos com os países sul americano e abriu as portas para outros tipos de cooperação. Ao mesmo tempo esses países representariam uma verdadeira chave para consolidação da integração Sul Americana, eles seriam grandes aliados na proteção da região amazônica dos interesses externos.

4.4- A NOVA IDENTIDADE REGIONAL: A "PONTE" ENTRE O CARIBE E A AMÉRICA DO SUL.

Nesta seção iremos abordar como a Guiana e o Suriname se insere em mecanismos de integração sul-americanos, por motivos didáticos escolhemos fazer uma breve analise de seus interesses no OTCA, MERCOSUL, UNASUL. Buscaremos abordar o que esses países esperam ao participar desses mecanismos e suas estratégias.

4.1.1- O tratado de Cooperação Amazônico: o primeiro elo.

Quando acabou a Guerra fria em 1989-1990, Guiana e Suriname já se encontravam integrados dentro de esquemas sul-americanos como o TCA. Liderados pelo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela se associaram e firmaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978. Este teve como objetivo garantir a soberania de seus países membros, por meio de ações conjuntas que promovessem o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos, preservando o meio ambiente, conservando e aproveitando racionalmente os recursos naturais (TCA, 1978). Em 2002, com base no institucionalismo, o regime do Tratado evoluiu para o de Organização (OTCA). A formulação do Tratado visou a proporcionar a base diplomática de apoio à integração dos condôminos da Bacia Amazônica na prevenção de ameaças extracontinentais.

Para a Guiana, a perspectiva de Segurança e Defesa da região amazônica deve ser total, de forma que também garanta o crescimento econômico e o investimento internacional, particularmente no comércio de suas commodities. O desmatamento, a degradação do meio ambiente pelo garimpo, o inadequado sistema de manejo de água são ameaças sobre as quais sua Força de Defesa deve atuar para prover um sistema seguro que garanta a venda das commodities e, consequentemente, o crescimento econômico (GUIANA, 2009).

No Suriname, a Defesa da região deve prestar assistência tanto na elaboração quanto na implementação de projetos de desenvolvimento socioeconômico e proteção de seus recursos naturais. O enfoque central da política de defesa na Amazônia deve ser a retórica da cooperação. Através dessas cooperações é que se garantirão os meios para defender, combater os delitos transnacionais, proteger os recursos naturais, desenvolver as expressões econômica e social do País. O Suriname tem consciência que suas fronteiras como atraentes para as organizações criminosas transnacionais. Seus planos devem indicam que o país deve investir em suas Forças Armadas para vigiá-las e para proteger seus recursos naturais (SURINAME, 1996; 2012).

Foi o grande fluxo de pessoas por causa da garimpagem na região amazônica que lembrou às autoridades das três Guianas que, queiram elas ou não, faziam mesmo parte do subcontinente sul-americano, submetidas à exploração predatória de vizinhos no próprio solo e suas consequências ambientais e até humanas. Se integrar aos esquemas de integração econômica e política sul-americana talvez fosse um jeito de tentar controlar esses fluxos. Seriam assim os migrantes e garimpeiros quem permitiram aos guianenses e surinameses

entenderem que faziam mesmo parte da Amazônia senão da América do Sul, permitindo essa reinserção continental pelo fato de assumir essa nova identidade. (GRANGER, 2013).

Do lado do Suriname, condenado por assassinato e tráfico de drogas pela antiga metrópole holandesa, durante muito tempo a fonte principal de ajuda para essa ex-colônia, e recentemente derrotado pela ONU numa briga fronteiriça com a Guiana, o atual presidente e ex-ditador, na época da guerra civil Bouterse está em busca de novos apoios com os outros vizinhos, a França (pela Guiana francesa) e o Brasil (GRANGER, 2013). E a identificação amazônica seria a porta de entrada nas relações com os vizinhos sul-americanos que posteriormente permitiria cooperações em outras áreas e participação em outros mecanismos como o MERCOSUL e UNASUL.

4.4.2- Guiana e Suriname no MERCOSUL

Na assembleia do MERCOSUL realizada em julho de 2013, na qual o presidente venezuelano Nicolas Maduro assumiu a presidência do bloco, o atual presidente da Republica Cooperativa da Guiana Ronald Ramotar após felicitar o colega agradeceu a oportunidade de seu país de se tornar membro associado. Destacou que apesar de seu país ser membro fundador do CARICOM, é consciente do lugar geográfico que ocupa a Guiana e que compartilhar a vontade de aprofundar a cooperação do continente como os demais países. Além disso, acrescentou que a entrada da Guiana e do Suriname em blocos como MERCOSUL e UNASUL seria uma ponte entre o continente e o Caribe e que à medida que a cooperação destes dois aumente essa ponte tende a alargar-se cada vez mais (PRESIDENCIA DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, 2013).

> Como um pequeno país em desenvolvimento nós na Guiana somos lembrados diariamente do fato de que pequenas unidades que operam por conta própria não são um contrapeso viável neste mundo em rápida mudança. Integração, acreditamos, é a resposta lógica para alcançar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável necessário para resolver as assimetrias e vulnerabilidades de nossas pequenas economias em desenvolvimento (DONALD RAMOTAR, 2013).

Por causa da aceleração do processo globalização, Ramotar destacou a urgência da integração e que o MERCOSUL seria um grande contribuinte do desenvolvimento econômico da América latina e Caribe. E pelo fato de precisar voar para o norte e depois para sul para poder chegar a Montevidéu, destacava a necessidade de cooperação na área de transporte (PRESIDENCIA DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, 2013).

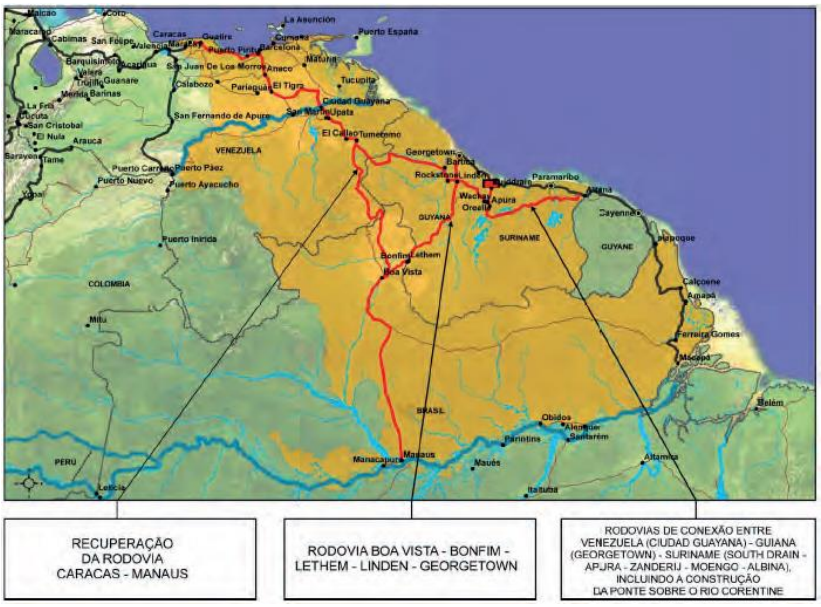
No discurso do presidente se destaca que o interesse desses países com o MERCOSUL tem caráter quase que puramente econômico, entretanto se nota a utilização de um discurso

identitário caribenho e a busca de se estabelecer uma espécie de ponte de cooperação entre duas regiões econômicas culturalmente distintas, mas geograficamente próximas.

4.4.3- Guiana e Suriname na UNASUL e IIRSA.

Outro viés da integração na qual a Guiana e o Suriname estão se inserindo é a área de defesa. No ano de 2013 fecharam muitos acordos multilaterais e bilaterais sobre cooperação na área de defesa, principalmente com o Brasil e no âmbito da UNASUL. Os tratados de cooperação para programas de treinamento militar, com o Brasil, por exemplo, esta cada vez mais estreitando a relação desses dois países com a região. No site da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), há um bom numero de projeto para Guiana e Suriname 8 e 7 respectivamente, nos âmbitos individual, bilateral e multilateral. A maioria dos projetos é da área de transporte e há um multilateral entre os dois países com a Venezuela para a construção de um gasoduto.

MAPA 03: PROJETOS DO EIXO DAS GUIANAS.



Fonte: COSIPLAN (2011b).

Um projeto que tem colaboração dos dois países seria o da construção das rodovias de conexão entre Venezuela-Guiana-Suriname, que busca a vinculação do mercado venezuelano com a Guiana e Suriname, além disso, o projeto chegaria por extensão à parte amazônica brasileira e ao mercado andino. Esse projeto além de importante para o controle da região amazônica e melhorar o comercio entre os países, representa o melhoramento das relações

diplomáticas entre esses países vizinhos que ainda possuem varias disputas entre si. O traçado das rodovias ainda esta em estudo por um comitê técnico binacional conformado para o desenvolvimento do projeto. Tal projeto está incluído na Agenda de Projeto Prioritários de Integração[29] (A.P. I).

O projeto possui poder de sinergia para justificar a conformação de um grupo em torno dele, sendo assim um projeto âncora[30]. Será feito com financiamento publico e privado, parte já este autorizado o restante está em fase negociação. Um projeto ramo do anterior é a construção da ponte sobre o rio Corentine entre Guiana e Suriname, mas, possui somente o investimento publico do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

Um projeto que já esta em execução é o melhoramento da rodovia Georgetown-Albina e da rodovia Macapá-Oyapock: trecho Ferreiro Gomes-Oyapock. É um projeto âncora, cujo objetivo é integrar os sistemas viários da Guiana, Suriname, da Guiana francesa e do noroeste brasileiro através da construção de boas vias, uma necessidade principalmente da Guiana e do Suriname. Seu financiamento é publico e privado; incluído a União Europeia, o BID, e tesouro nacional brasileiro e outros. Infere-se da analise dos projetos que a prioridade está no setor de transporte e na área fronteiriça, principalmente para a facilitação do comercio entre os países.

A identidade vai pautar os interesses que vai pautar as estratégias, se as identidades mudam os interesses e as estratégias também mudam. Conforme nos conta a embaixadora, a identidade guianense era muito mais anglo-saxão e caribenha, devido à similitude cultural, entretanto nos anos recentes eles se passam a perceber mais sul-americanos, que não são necessariamente excludentes, pelo contrario, seria um acréscimo, por que a Guiana e o Suriname não são só caribenhos também não são só sul-americanos.

[29] Agenda de projetos prioritários da integração é um conjunto de 31 projetos estruturados de integração e 88 individuais selecionados da carteira de projetos do COSIPLAN com o objetivo de promover a conectividade da região a partir da construção e operação eficiente de infraestrutura para sua integração física, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o ambiente e o equilíbrio dos ecossistemas (Estatuto do COSIPLAN, artigo numero 04).

[30] Cada projeto ou grupo de projeto IIRSA é conformado em torno de um projeto âncora ou projeto âncora existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi demonstrar como as identidades da Guiana e do Suriname se transformaram, ao longo dos anos, vindo a pautar diferentes interesses e estratégias de política externa desses países para com a América do Sul. Através de um apanhado histórico da formação das sociedades e dos regimes políticos e do modelo econômico desses países, foi possível inferir que pelos traços coloniais deixados pela Inglaterra e Holanda, esses países, após suas independências, tiveram suas agendas de política externas voltadas para a Europa e para os países caribenhos, com os quais compartilham traços étnicos e culturais.

Foi também objetivo desse trabalho, através de uma explanação dos antecedentes históricos dos países e de suas políticas externas compreender porque os mesmos são conhecidos como uma "outra" América do Sul, talvez até por sua inserção caribenha, pela aparente pouca ambição em termos de projeção internacional e pelos laços fortes mantidos com suas respectivas metrópoles. Aqui também cabe mencionar que seus processos de independência foram tardios, se comparado ao processo em curso na primeira metade do século XIX dos demais países sul-americanos.

Desde os anos 1960, tanto a Guiana quanto o Suriname participavam de mecanismo de integração regional, pois viam na cooperação um meio viável de superar problemas estruturais internos. A partir dos anos 2000, quando do ressurgimento do regionalismo na região sul-americana, Guiana e Suriname baseando-se em seus interesses internos como a questão amazônica, questões de infraestrutura, aumento da interdependência comercial, por exemplo, fortaleceram sua identidade sul-americana que vai nortear suas políticas externas e sua inserção regional no subcontinente.

Assim, o recente processo de integração continental da Guiana e do Suriname, se deve tanto às necessidades refrear seus isolamentos e pela de procurar novos parceiros e aliados, na lógica da globalização que favorece novas recomposições territoriais, como também, a uma nova territorialidade assumida como território amazônico por motivos identitário senão ideológicos, mas também parcialmente provocados pelos inúmeros fluxos ilícitos. De fronteiras com um Caribe instável e com simpatias comunistas, esses países transformaram-se em uma ponte entre Caribe e América do Sul.

Wendt (1994) afirma que "a definição das identidades precede a definição dos interesses e que antes de definir interesse nacional, faz-se necessário definir a identidade que vai informar a formação deste interesse". A identidade forma-se pelo compartilhamento das experiências e

por sua manipulação através da memória. Tais experiências são reforçadas ou descartadas de acordo com a influência de outros fatores relacionados, como classe,gênero, etnia, política, religião e linguagem.

Os construtivistas colocam que a realidade não é estática, ela é socialmente construída através da interação social, inerente a todos os processos sociais e partem do pressuposto de que a identidade dos atores sociais não é estável, é construída através desse processo. Todavia a identidade sul-americana não apagou a caribenha, muito pelo contrário. O despertar da "outra América" possibilita perceber que as várias Américas aqui sobrepostas não são um impedimento para o avanço de processos de integração regional, a despeito das singularidades de nossos países e sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emmanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais.** Lua Nova, Nº 47, 1999, p. 201-246.

ADLER, Emanuel. **Imagined (Security) Communities**. Trabalho apresentado no Encontro Anual do American Political Science Meeting, Nova lorque, 1-4 de setembro de 1994.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973, p.10.

BBC/Brasil **– Entenda o que é a UNASUL**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080523_qaUNASUL_ed_mp.shtml>. Acesso em:08-10-14.

BERGER, Peter. **"Identity as a Problem in the Sociology of Knowledge"**. In: European Journal of Sociology, vol. 7, N° 1, 1996, PÁG.111.

BURGESS, Michael. **Federalism and European Union: The Building of Europe, 1950-2000.** New York: Routledge. 2000.

CORAZZA, Gentil. **O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

COSIPLAN. **Agenda de projetos prioritários da integração (A.P. I).** Brasília: Cosiplan, nov. 2011. Disponível em: <http://tinyurl.com/lsfn4Kt>. Acessado em: 26-11-2014.

COUTO, Leandro Freitas. **O Horizonte Regional do Brasil**: Integração e Construção da América do Sul. Ed. Juruá (2009)

ESTADÃO. **Suriname fala holandês e pratica hinduísmo na América do Sul** http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,suriname-fala-holandes-e-pratica-hinduismo-na-america-do-sul,487921. 28-12-2009.

GARGIULO, Felipe Freitas. **Integração e Regionalismo no MERCOSUL: Debate e Síntese.** I Congreso Latinoamericano de Estudiantes de Posgrados en Ciencias Sociales – CLEPSO. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO México. 2014. Disponível em: HTTP://clepso.flacso.edu.mx/sites/default/files/clepso.2014_eje _4_gargiulo_felipe.pdf Acessado em: 06-10-14.

GEHRE, Thiago & LINHARES, Eric. **Brasil e Guiana em tempos de Guerra Fria (1966-1991).** Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras: as fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras (1: 2012: Boa Vista. RR) Anais. - Boa Vista: EDUFRR, 2012.

GRENGER, Stéphane. **As Guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface Caribenha e Europeia**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. Págs.19-38.

GUIANA. Organisational analysis of the Guyana Defence Force. Georgetown, 2009.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HURRELL, Andrew. **Os blocos regionais nas Américas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 8, n.22, 1993 p.100. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_06.htm>. Acessado em 28-10-13.

HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial**. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 17, n°1, jan./jun. 1995, pp. 23-59.

IIRSA. **Agenda de Implementação Consensual 2004 – 2010.** 2009. Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/A/agenda_de_implementacion_consensuada_2005 2010/agenda_de_implementacion_consensuada_20052010.asp?CodIdioma=ESP>. Acesso em: 06-10-14.

IIRSA. **Construção da ponte do rio Corentine.** Disponível em: http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=198. Acessado em: 30-11-13

IIRSA. **Gasoduto Venezuela-Guiana–Suriname.** Disponível em: http://www. iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1311. Acessado em: 30-11 -13

IIRSA. **Melhoramento da Rodovia Georgetown - Albina e da Rodovia Macapá - Oyapock: Trecho Ferreira Gomes – Oyapock.** Disponível em: http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=200. Acessado em: 30-11-13.

IIRSA. **Rodovias de conexão Venezuela (cidade Guayana) - Guiana (Georgetown) - Suriname (apura Zanderij - Paramaribo).** Disponível em: http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=192. Acessado em: 30-11-13

LOPES, Paulo Cesar Colmenero. **Integração Sul-Americana: situação atual e perspectivas**. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

MALAMUD, Andrés. **Conceptos, Teorías y debates de la integración regional.** In: Brazilian Journal of International Relations. V.1.3. Ed. Págs. 9-38. 2012.

MARIANO, Karina Pasquariello. MARIANO, Marcelo Passini; **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais.** Revista Impulso, Unimep, N° 31. 2002. Disponível em: http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art02.pdf Acessado em: 11-07-14.

MATOS, Sergio Ricardo Reis. **Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.** Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 144, jul.-ago. Págs. 10-16, 2014

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Brasil quer Guiana e Suriname envolvidos na integração em defesa sul-americana.** Disponível em: http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7736/Brasil-quer-Guiana-e-Suriname-envolvidos-na-integracao-em-defesa-sul-americana. Acessado em: 29-11-13.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Department of the Americas.** Disponível em: http://www.minfor.gov.gy/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35. Acessado em: 02-12-13.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Bilateral Agreements.** Disponível em: http: //www.minfor.gov.gy/images/minfor_docs/agreements/Bilateral_Agreements_G yana.pdf. Acessado em: 02-12-13.

MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN. **Departementen.** Disponível em: http:// www.gov.sr/ministerie-van-buza/over-buza/departementen.aspx Acessado em: 02-12-13

MITTELMAN, James H. **"Rethinking the "New Regionalism" in the context of globalization".** In: Global Governance. Boulder: Lynne Rienner, V.02, 1996. Págs: 189-213.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI. **Ramotar: "Ingreso de Guyana y Suriname fortalece el puente entre el Sur y el Caribe".** 12-07-2013. Disponível em: http://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/guyana-ingreso-mercosur-estado-asociado-integracion. Acessado em: 29-11-13.

PROCÓPIO, Argemiro. **A Amazônia Caribenha.** Rev. bras. polít. int. vol.50 no.2 Brasília July/Dec. 2007

SOUZA, Nilson Araujo**. América Latina: as ondas da integração.** Revista OIKOS, v. 11, p. 90-129, 2012.

SURINAME. Ontwikkelingsplan 2012 – 2016. Paramaribo, 2012.

_____. Wet Nationaal Leger. Paramaribo, 1996.

TCA (TRATADO DE COOPERACIÓN AMAZÓNICO). Brasília-DF, 1978

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Guiana e Suriname: uma outra América do Sul.** In: FUNAG–Fundação Alexandre de Gusmão. Anais da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Seminário América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008.

WENDT, Alexander. **A anarquia é o que os estados fazem dela: a construção social da política de poder.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. N.3, jan./jun., 2013.

WENDT, Alexander. **"Collective Identity Formation and the International State".** American Political Science Review, v. 88, n. 2, p. 384-396, 1994.

ZALDUENDO, Susana Czar de. **Integración: nociones generales. Integración económica e integración regional.** In: NEGRO, Sandra (direc.) Derecho de la integración. Montevideo: bdef, 2010, p.3-22.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Entrevista com diretora do departamento da UNASUL, do Ministério de relações exteriores da Guiana, senhora Hearth Seelochan, original em inglês.

APÊNDICE B: Entrevista com diretora do departamento da UNASUL, do Ministério de relações exteriores da Guiana, senhora Hearth Seelochan, traduzida para o português.

APÊNDICE A- Entrevista original em inglês com a diretora do departamento responsável pela UNASUL, senhora Hearth Seelochan, iniciadas em março de 2014 e finalizada em julho de 2014 por e-mail.

What Motivated Guyana to Enter UNASUR in 2008?

While historically Guyana has been more aligned with the countries of the English speaking Caribbean and has had trade and business arrangements with the United States and Canada and the United Kingdom and European Union, Guyana has increasingly sought in recent years to realize its vision of a continental destiny, whereby it will seek to foster greater interaction, cooperation and integration with its continental neighbors at the bilateral and regional levels. Guyana has also envisaged its position as the only English speaking country in South America and membership of CARICOM as enabling it to act as a bridge between South America and the Caribbean.

Its entry into UNASUR in 2008 is indicative of the importance it places on South American integration and its commitment to the values enshrined in the Constitutive Treaty , namely commitment to democracy; commitment to well being of peoples of the region; protection of the natural environment and elimination of inequality, social exclusion and poverty.

What benefits does Guyana expect to achieve being an Associate Member of MERCOSUR?

Guyana became an associate Member of MERCOSUR in July, 2013 with the signing of the Framework Agreement between MERCOSUR and Guyana. MERCOSUR is founded on political, cultural, educational and technical cooperation and a gradual and reciprocal liberalization of trade and investments. In the economic area, Guyana could expect to eventually develop trade and business links with MERCOSUR Member States, which have not been traditional trading partners of Guyana. There will also be enhanced opportunities for promoting political dialogue and cooperation in the areas of agriculture, culture, education and science and technology.

Since Guyana has its territory settled in South America, what motivated Guyana to become a member of CARICOM?

CARICOM had its genesis in CARIFTA (Associação de Livre Comércio do Caribe) subscribed to in 1965. CARICOM was established in 1973 with the signing of the Treaty of Chaguaramas, Guyana being one of its founding members. There were political and

economic realities facing the small states at that time that provided the impetus for joining together in a regional grouping. Several Member States had attained full independence in the preceding years and others were on the way to attaining full political autonomy while economically the states were vulnerable, characterized by reliance on external assistance; reliance on single crop economies originating from their colonial past and dependence on preferential access to markets in the United Kingdom for their primary agricultural products.

CARICOM's main objectives as enshrined in the Treaty of Chaguaramas were economic integration; coordination of foreign policies and functional cooperation. Of importance also was the desire for the region to present a unified front with respect to new trade negotiations with the European Economic Community on commodities of critical importance such as rum, sugar and bananas. The establishment of CARICOM was therefore the natural result of a desire to consolidate historical and cultural bonds; promote the well being of the peoples of the region and present a united front internationally.

Besides CARICOM, MERCOSUR and UNASUR are there any other integration blocks in Latin America that Guyana is interested in? If so, which one and why?

Guyana is a member of several other integration blocks in Latin America including the Community of Latin America and Caribbean States (CELAC), Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), Latin American and Caribbean Economic System (SELA) as well as Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO). Guyana upholds the principles and objectives of these organizations which are ultimately aimed at promoting the well being of the peoples of the region.

What kind of positive experiences from CARICOM could Guyana bring to UNASUR? What are your expectations for the interaction between these two blocks?

CARICOM has been in existence for more than forty years while UNASUR was established in 2008. There is therefore a wealth of experience in CARICOM on which UNASUR could draw on. UNASUR's relation with CARICOM could be developed within the framework of the guidelines that have been developed for UNASUR's relations with third parties.

Some of the areas in which CARICOM has advanced which could be useful for UNASUR include health; education; culture; social development; agriculture and disaster management. Some advances include the establishment of the Caribbean Examination Council; Caribbean Festival of Arts (CARIFESTA); Caribbean Court of Justice; CARICOM Youth Ambassadors Programmed and adoption of a Charter of Civil Society.

There has also been significant progress in the coordination of foreign policy including joint trade negotiations as well as significant institutionalization of the region's relations with third parties. CARICOM has advanced towards the realization of the vision of a CARICOM Single Market and Economy which envisages inter alia the free movement of persons; free movement of goods and services and right of establishment of businesses in another Member State.

CARICOM's experiences could therefore be useful with respect to the work of several of the Sectorial Councils in UNASUR and Working Groups, including the Working Group on South American Citizenship, Forum on Citizen Participation and Youth Body in UNASUR. Coordination between CARICOM and UNASUR could facilitate the identification of common areas of interest.

How important is regional integration to Guyana?

As a small state operating in an increasingly globalized world, regional integration is of vital importance to Guyana. The words of His Excellency President Donald Ramotar at the MERCOSUR Summit in December, 2013 aptly demonstrate how vital regional integration is to Guyana:

> As a small developing country we in Guyana are reminded daily of the fact that smaller units operating on their own are not a viable counterweight in this rapidly changing world. Integration, we believe, is the logical answer to achieving the economic growth and sustainable development necessary to address the asymmetries and vulnerabilities of our small developing economies (DONALD RAMOTAR, 2013)

APÊNDICE B: Entrevista traduzida para o português31 com a diretora do departamento responsável pela UNASUL, senhora Hearth Seelochan, iniciadas em março de 2014 e finalizada em julho de 2014 por e-mail.

O que motivou a Guiana a entrar na UNASUL em 2008?

Enquanto que historicamente a Guiana é alinhada com os países caribenhos anglófonos e parceiros comerciais dos EUA, Canadá, Reino Unido e União Europeia, recentemente ela vem procurando cada vez mais olhar para o destino do continente, procurando fomentar uma maior interação, cooperação e integração com os vizinhos continentais nos níveis bilaterais e regionais (Multilaterais). A Guiana tem em mente que como único país falante da língua inglesa na América do Sul e membro do CARICOM, isso lhe permitiria agir como uma ponte entre a América do Sul e o Caribe.

Sua entrada na UNASUR em 2008 é um indicativo da importância da integração sul-americana e do compromisso com os valores consagrados no tratado constitutivo, ou seja, compromisso com a democracia, com o bem-estar das pessoas da região, com a proteção do meio ambiente e com a eliminação da desigualdade, exclusão social e da pobreza.

Quais os benefícios que a Guiana espera obter ao se tornar membro do MERCOSUL?

A Guiana se tornou um membro associado do MERCOSUL em junho de 2013 com a assinatura do acordo-quadro entre a Guiana e o MERCOSUL. O MERCOSUL é fundado nos valores da cooperação politica, cultural, educacional e técnica e de uma gradual e reciproca liberalização do comercio e investimentos. Na área econômica a Guiana espera estabelecer comercio e negócios com os países membros do MERCOSUL, que não são parceiros tradicionais da Guiana. Também haverá melhores oportunidades de promover o dialogo politico e cooperação nas áreas de agricultura, cultura, educação, ciência e tecnologia.

Considerando que a Guiana é ligada fisicamente à região sul-americana, o que motivou ela a ser um membro do CARICOM?

CARICOM teve seu nascimento do CARIFTA (Área de Livre Comércio do Caribe) subscrito em 1965. CARICOM foi criada em 1973 com a assinatura do Tratado de Chaguaramas, sendo a Guiana um dos seus membros fundadores. Havia realidades políticas e econômicas que os pequenos Estados enfrentavam nessa época que forneceu o ímpeto para se unirem em um grupo regional. Vários Estados-Membros tinham alcançado a plena

[31] Tradução do autor.

independência nos anos anteriores e outros estavam a caminho de alcançar a autonomia política plena enquanto economicamente os estados eram vulneráveis, caracterizado pela dependência de ajuda externa; dependência modos de produção provenientes de seu passado colonial e dependência de acesso preferencial aos mercados do Reino Unido para os seus produtos agrícolas primários.

Os principais objetivos da CARICOM consagrados no Tratado de Chaguaramas eram integração econômica; coordenação das políticas externas e de cooperação funcional. De importância também foi o desejo de a região apresentar uma frente unificada com relação a novas negociações comerciais com a Comunidade Económica Europeia sobre mercadorias de importância crítica, como rum, açúcar e bananas. A criação do CARICOM foi, portanto, o resultado natural de um desejo de consolidar laços históricos e culturais; promover o bem-estar dos povos da região e apresentar uma unidade frente ao meio internacional.

Além do CARICOM, MERCOSUL e UNASUL existem outros blocos de integração na América Latina que a Guiana esteja interessada? Se sim, quais e por quê?

A Guiana é um membro de vários outros blocos de integração na América Latina, incluindo a Comunidade da América Latina e dos Estados Caribenhos (CELAC), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Sistema Econômico da América Latina e Caribenho (SELA), bem como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A Guiana defende os princípios e os objetivos dessas organizações que em última análise visam promover o bem-estar dos povos da região.

Que tipo de experiências positivas do CARICOM a Guiana poderia trazer para a UNASUL? Quais seriam as suas expectativas para a interação entre estes dois blocos?

O CARICOM tem existido a mais de 40 anos, enquanto que a UNASUL foi criada apenas em 2008. Há, portanto, uma riqueza de experiência do CARICOM que a UNASUL poderia aproveitar. A relação da UNASUL com a CARICOM poderia ser desenvolvida no âmbito das diretrizes que têm sido desenvolvidas pela UNASUL para se relacionar com terceiros (outros blocos).

Algumas das áreas em que a CARICOM tem avançado que poderia ser útil para UNASUL incluem: saúde; educação; cultura; desenvolvimento social; agricultura e gestão de desastres. Alguns avanços incluem o conselho de Examinação Caribenho; Caribbean Festival de Artes (CARIFESTA); Tribunal de Justiça do Caribe; Programa Jovens Embaixadores do

CARICOM e adoção de um alvará (carta) da Sociedade Civil (relacionada aos direitos humanos).

Também tem havido progressos significativos na coordenação da política externa, incluindo as negociações comerciais conjuntas, bem como a institucionalização significativa das relações da região com terceiros. O CARICOM tem avançado para a realização da visão de um Mercado Único e Economia do CARICOM, que prevê a livre circulação de pessoas; livre circulação de bens e serviços e direito de estabelecimento de empresas em outro Estado-Membro.

As Experiências do CARICOM poderiam, portanto, ser útil no que diz respeito aos trabalhos de vários dos Conselhos Setoriais na UNASUL e grupos de trabalho, incluindo o Grupo de Trabalho sobre Cidadania Sul-americana, Fórum de Participação Cidadã e Corpo Juventude na UNASUL. A coordenação entre a CARICOM e da UNASUL poderia facilitar a identificação de áreas de interesses comuns.

Qual a importância da integração regional para a Guiana?

Como um pequeno Estado a operar em um mundo cada vez mais globalizado, a integração regional é de importância vital para a Guiana. As palavras de Sua Excelência o Presidente Donald Ramotar na Cúpula do MERCOSUL, em dezembro de 2013 apropriadamente demonstrar como vital a integração regional é para a Guiana:

> [...] Como um pequeno país em desenvolvimento, nós na Guiana somos lembrados diariamente do fato de que pequenas unidades que operam por conta própria não são um contrapeso viável neste mundo em rápida mudança. A Integração, acreditamos, é a resposta lógica para alcançar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável necessário para resolver as assimetrias e vulnerabilidades de nossas pequenas economias em desenvolvimento. (DONALD RAMOTAR, 2013).